



CCP
CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Vencer a crise para ganhar a década



BOLETIM N.º #16 MARÇO 2023

"NA SAÍDA DA CRISE, A URGÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA ALAVANCAR OS FUNDOS EUROPEUS"

A necessidade de o país ter uma estratégia diferenciadora que valorize os nossos factores competitivos, valorizando a posição geo-económica do país e a abertura às economias de outros espaços continentais. 02

OS NÚMEROS:

"INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

Em 2023, num quadro de estagnação do consumo privado e com um contributo muito ligeiro do investimento, em forte desaceleração, o crescimento da economia portuguesa mantém os focos nas exportações de serviços. 08

"INFLAÇÃO: UM PROBLEMA EM VIAS DE RESOLUÇÃO?"

Vamos conseguir a curto prazo retomar um ciclo de baixa inflação ou iremos entrar num percurso de «estagflação» ao longo da década? 14

AS POLÍTICAS:

"FORMAÇÃO PROFISSIONAL - DESAFIOS E EXPECTATIVAS"

Os Programas que agora se iniciam, devem romper com as barreiras burocráticas que impedem o acesso aos fundos por parte de empresas que têm estratégias de atracção e retenção de pessoas. 18

"PROGRAMA DÉCADA DIGITAL PARA 2030. VISÃO DA COMISSÃO EUROPEIA"

A Comissão Europeia definiu a sua visão para 2030 a fim de capacitar os cidadãos e as empresas através da transformação digital («Década Digital»). 23

"REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES: ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?"

Situação atual e a evolução recente desses regimes - forças e debilidades. 27

OS DESAFIOS:

"ENERGIA E ALIMENTOS - NO CENTRO DAS TENSÕES NO HORIZONTE 2050"

Análise de tendências alimentares do lado da procura e do lado da oferta que podem contribuir positiva ou negativamente para a capacidade de alimentar o Mundo em 2050. 33

"BUSINESS SERVICE CENTERS - UM SECTOR ESTRATÉGICO PARA A CAPTAÇÃO DA IDE E FIXAÇÃO DE TALENTOS EM PORTUGAL"

É fundamental reforçar os factores de atractividade do nosso país para a captação de novas empresas, novas operações e novos talentos. 38

O QUE O CHATGPT SABE SOBRE A COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO

Uma entrevista ao ChatGTP sobre o tema da competitividade no Comércio. 44

Cofinanciado por:





NA SAÍDA DA CRISE, A URGÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA ALAVANCAR OS FUNDOS EUROPEUS

1. A carência de uma estratégia integrada e sustentável para a economia

1.1. A adopção das grandes metas/objectivos, fixados na política da União Europeia e na aplicação dos fundos e financiamentos comunitários, foram incorporados nas políticas públicas nacionais sem que o país possuísse uma verdadeira estratégia que fosse um factor de diferenciação competitiva e de convergência económica.

Confundiou-se, desde logo, o que são tendências ou desafios colocados à escala global com uma estratégia para Portugal. Na verdade, nem a "transição climática", nem a "transição digital", por si só, constituem uma estratégia e a tão proclamada "reindustrialização do país", na forma como é entendida pelos seus arautos, é um puro anacronismo, que, aliás, contraria as duas transições que a U.E. coloca como bandeiras.

Proclamar a transição para uma economia onde as tecnologias do digital se configuram como as

tecnologias do futuro (e já o são no presente) não é uma estratégia é o reconhecimento, puro e simples, de uma tendência em curso à escala global, mas com um efeito particularmente relevante: obriga-nos a mudar uma grande parte dos paradigmas que antes estavam associados ao crescimento das economias. Uma estratégia é algo de diferente e pressupõe que, enunciados os grandes objectivos a atingir, se definam os caminhos a seguir para os atingir, ou seja, que se façam escolhas e se evidenciem prioridades nos investimentos a realizar de modo a maximizar as nossas vantagens competitivas. Sendo, sem dúvida, o digital uma ferramenta essencial, a questão a que temos de responder é de que modo a mesma deve combinar-se com os nossos factores produtivos, para criar maior valor acrescentado (a riqueza nacional) e a aumentar os nossos padrões de desenvolvimento, ou seja, em última instância, a reforçar a qualidade de vida daqueles que vivem em Portugal.

No início desta década o Governo reconheceu esta falta e procurou, de forma algo voluntarista,

colmatá-la, "encomendando" a António Costa e Silva uma «estratégia para a década». O resultado foi o documento "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-30", datado de Julho de 2020. Mas este trabalho revelar-se-ia, em grande medida, inconsequente por dois motivos essenciais: primeiro, pelo método utilizado em que se pressupõe que uma pessoa, por mais brilhante que fosse, e num curto espaço de tempo, poderia isoladamente construir uma estratégia para o país, sendo impossível ter nele consagrados os múltiplos domínios em que a economia está presente; em segundo lugar, porque os contributos e as orientações mais inovadoras do documento e que, de alguma forma, punham em causa o rumo que vinha sendo seguido em vários domínios, foram de imediato ignorados quando se tratou de estruturar os programas para a década. O documento enferma, também, de um enviesamento, que empobrece a visão integrada que se propõe adoptar, ao colocar no centro das prioridades do país a sua «reindustrialização», desse modo, desvalorizando, nas mudanças tecnológicas em curso, o papel do imaterial (os serviços) e do capital humano. Mas, ele corporiza sem dúvida, também, um conjunto de orientações com que nos identificamos inteiramente e de que destacamos: a necessidade de valorizar o posicionamento geo-económico do país, assumindo-nos como uma economia atlântica, no cruzamento das redes de globalização, o que conduz à defesa de um posicionamento estratégico para Portugal assente numa plataforma tecnológica e logística integrada e inserida na economia mundial; a necessidade, igualmente, de rever o modelo de financiamento da economia e das empresas, criando instrumentos financeiros inovadores (libertando-a da excessiva dependência do sistema bancário) e que respondam à existência de uma estrutura empresarial, muito descapitalizada, em que é urgente reforçar os seus capitais próprios através de medidas fiscais e financeiras adequadas, realçando-se o papel que os bancos públicos e, em especial, o Banco de Fomento deveriam ter neste processo; e, finalmente, a relevância que é atribuída a uma verdadeira reforma da Administração Pública, com um alerta muito claro para que «se a Administração Pública mantiver o seu registo de "business as usual" dificilmente conseguirá dar resposta aos problemas que vamos enfrentar». A verdade é que ao país não faltavam documentos que podemos considerar com vocação estruturante, desde as Grandes Opções de médio prazo ao PRN (que, aliás, se tendem a confundir, no seu âmbito e conteúdo), sem esquecer o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que, devendo ser um texto enquadrador das políticas sectoriais, é sistematicamente desvalorizado na elaboração das políticas e, na melhor das hipóteses, coexiste com estas num plano de igualdade, quando deveria ser o território (no que, também, o conceito incorpora de políticas climáticas e ambientais) a

balizar as restantes políticas. Ora, é sintomático que no próprio Programa, na passagem do que são as linhas gerais orientadores do ordenamento do território para as áreas sectoriais, não exista qualquer linha de continuidade, pois na verdade as políticas sectoriais foram definidas por outras tutelas governativas que as formulam ignorando, em grande medida, a sua dimensão territorial.

Assim, todos estes documentos constituem, melhores ou piores, trabalhos de identificação de áreas temáticas e de objectivos a atingir, mas não são verdadeiramente documentos enunciadores de uma estratégia para Portugal. E dizemos que, mesmo no plano em que se situam, o resultado nem sempre consegue captar o que é essencial nas tendências da economia global, porque apesar do foco na inovação e nas grandes transições da economia, alguns aspectos nucleares são, muitas vezes, ignorados, ou desvalorizados, como sejam:

- **O desenvolvimento** das cadeias globais de criação de valor;
- **A servitização** dos processos produtivos (com a sua desmaterialização) e a nova centralidade dos serviços;
- **O crescente papel das cidades**, enquanto novas "infraestruturas" da competitividade (além de pela qualidade de vida que proporcionam serem determinantes na mobilidade e nos fluxos populacionais à escala nacional e global).

A "servitização" é muito mais do que uma transferência entre sectores económicos, com o reforço do terciário (e é, hoje, completamente absurda a ideia de aumentar o peso da "indústria transformadora" no PIB), é uma tendência que atravessa todos os sectores económicos e, se devidamente reflectida no PIB, mostraria um peso do valor acrescentado gerado no imaterial ainda bastante superior aos números das estatísticas oficiais.

1.2. É, neste quadro, que consideramos que, primeiro o PRR e, agora, o PT2030, foram e estão a ser concretizados/elaborados, carecendo de um elemento agregador fundamental: uma estratégia de desenvolvimento económico para Portugal.

Os proclamados "milhões" (a "bazuca") que foram repetidamente invocados na promoção destes programas comunitários (e ainda veremos se são assim tantos "milhões", independentemente dos níveis de execução que, por outros factores, estão a ser baixos) só serão verdadeiramente transformadores do país, se colocados ao serviço de uma estratégia nacional e não apenas como fonte de financiamento para projectos que se pensam

e fazem porque são integráveis nas prioridades de Bruxelas. A U.E. tem dado sinais preocupantes de, também ela, não ter uma estratégia sobre o papel da Europa no mundo actual, e, registando uma decrescente relevância económica e política à escala mundial, vai-se autofechando sobre si mesma, advogando e enunciando um novo ciclo de desglobalização e de regresso a um proteccionismo, que pensávamos ter sido afastado por muito tempo, em nome de uma pretensa autonomia estratégica. Caminho que pensamos ser errado e altamente negativo para Portugal.

No caso do PRR, para sermos rigorosos, existe uma estratégia subjacente aos apoios concedidos. Ela não é, contudo, económica, e pouco tem de «renovação» e de «resiliência», pois assenta numa lógica predominantemente financeira. Trata-se, simplesmente, de transferir custos que deviam em rigor caber no O.E. para o PRR e, com isso, assegurar um compromisso que não nos é exigido, nos termos em que vem sendo feito, pelos regulamentos comunitários, visando rapidamente retomar um ciclo de saldos orçamentais positivos. Foi esta, ao que tudo indica, a verdadeira negociação feita com a Comissão Europeia e que conduziu a que, não só os investimentos públicos tenham um peso claramente excessivo no Programa, como a natureza dos investimentos em causa acabam por pouco contribuir para mudar o perfil competitivo do país.

A CCP procurando alimentar um debate sério sobre os caminhos a seguir por Portugal, em especial no quadro dos apoios do PT2030, tem vindo a promover um amplo debate com académicos e investigadores em torno de tema: "que modelo económico para Portugal?". Desse trabalho resultaram, em especial, uma publicação intitulada "Portugal 2030: Romper com os paradigmas do passado, ganhar o futuro" (Nov. 2018), que procura dar contributos para as mudanças necessárias a operar na passagem do PT2020 para o PT2030 e um estudo coordenado pelo Prof. Augusto Mateus (realizado pela E.Y.) precisamente sobre "Os Serviços numa Estratégia de Competitividade Valor" (Dez. 2021).

Ambos os trabalhos procuram contribuir para repositonar o debate em torno da construção de um novo modelo económico para Portugal, vindo na preparação dos novos programas comunitários o momento ideal para realizar essa mudança. Infelizmente o Governo (o anterior e o actual) não se têm mostrado muito disponíveis para ir além de meras consultas formais com os representantes do mundo empresarial e, no caso particular, da CCP, não reagiu - concordando ou discordando - às propostas que temos vindo a formular.

Por isso, parece-nos oportuno lembrar aqui, sinteticamente, os eixos/recomendações que no segundo estudo citado eram feitas, procurando enquadrá-las nas prioridades que deviam constar no PT2030 e que ainda são passíveis de integração:

- Adoptar, como critério central de alocação dos recursos do Programa, a **capacidade de transformação** das medidas/projectos, ou seja, não seguir o caminho fácil da mera evolução na continuidade, isto é, o de "fazer mais do mesmo";
- Dar primazia ao **investimento intangível** em relação ao tangível (e, mesmo em relação a este último, dar prioridade aquele que é suporte de desenvolvimento do intangível);
- Apostar no investimento que faça **subir o país na globalização**, o que implica investir, sobretudo, nas actividades a montante da cadeia de valor (como seja, na investigação e desenvolvimento, e na inovação aplicada, nomeadamente envolvendo a concepção, o plano estratégico e a digitalização dos processos) e a jusante da mesma (no marketing, e na logística e distribuição), em claro desfavor das actividades intermédias;
- Apoiar **projectos mobilizadores, colaborativos e cooperativos** que, reunindo maior potencial de criação de valor, sejam criadores de sinergias e provoquem economia de recursos, gerando simultaneamente economias de escala;
- Promover **acções de cooperação multi-regional**, cruzando a escala regional com a nacional e obtendo, igualmente, ganhos de desenvolvimento sinérgico;
- Dar prioridade à **capacitação e ao capital humano**, visando impulsionar a transição da nossa economia para uma economia do conhecimento, utilizando de forma mais intensiva um recurso produtivo em que podemos obter evidentes ganhos competitivos.

Portugal tem que saber posicionar-se utilizando aquelas que são as suas reais vantagens competitivas e, nestas, seguramente o território e os recursos humanos têm um lugar preponderante. O nosso país, pela sua história, focada em relações intercontinentais e de que a diáspora ainda hoje é um elemento de caracterização relevante, não pode deixar de valorizar o seu posicionamento geo-económico. Ou seja, não pode acomodar-se a abdicar de ser uma economia aberta, virada quer para a Europa, quer para outros espaços continentais e, por isso, não deve alinhar, reafirma-

-mo-lo, com os discursos da desglobalização em voga nas instâncias comunitárias. Estes, como já dissemos, são apanágio de uma Europa que se resigna a ter um papel medíocre e sem grande influência à escala global. Para Portugal, este seria um caminho de um claro retrocesso, mesmo quando alimentado pela ilusão de que possamos vir a funcionar futuramente como uma nova “fábrica” da economia europeia. Não podemos, e não devemos ir nessa direcção pois não dispomos, desde logo, dos recursos e das bases para o fazer. Mas, também, lhe estaria subjacente uma mudança cultural profunda, em que dificilmente ganharíamos “competitividade valor”, acabando a ser de novo uma economia de baixo custo suportado em investimentos muito elevados em capital fixo.

2. A reafirmação dos pilares estratégicos de um novo modelo de crescimento sustentável

Estamos a viver um momento que é determinante para o futuro do nosso país. Os próximos anos são decisivos no traçar de dois caminhos alternativos possíveis: o da continuidade, marcada por duas décadas de retrocesso, de ausência de estratégia e de uma mera gestão de ciclos económicos e de uma navegação à vista; e o da mudança e viragem do ciclo económico depressivo em que temos vivido neste período. A escolha que interessa ao país, só pode ser a segunda e, por isso, os pilares de uma estratégia com futuro para Portugal, implica reformas estruturais e saber exactamente onde e como investir. A construção do PT2030, mesmo tendo em conta o que já se encontra definido e estruturado, é a oportunidade da década para pôr em prática novas soluções que respondam aos desafios que o país enfrenta. Nos sub-pontos seguintes identificamos algumas das respostas que consideramos necessárias.

2.1. Onde investir?

Não se trata, em nossa opinião, de fazer escolhas entre os sectores fundamentais da economia, do tipo “indústria” versus “serviços”, trata-se sim e, acima de tudo, de recusar uma visão segmentada da mesma, considerando que no contexto de uma desmaterialização da economia (que é precisamente o que marca a transição digital), as fronteiras sectoriais, como já referimos, perdem uma grande parte do significado que tinham anteriormente e que, com a “servitização”, a atingir todos os sectores e actividades. Para uma economia com uma industrialização débil, e que regista uma elevada dependência de matérias-primas e de equipamentos para a indústria, esta tendência não será um constrangimento, mas uma oportu-

“No caso do PRR, para sermos rigorosos, existe uma estratégia subjacente aos apoios concedidos. Ela não é, contudo, económica, e pouco tem de «renovação» e de «resiliência», pois assenta numa lógica predominantemente financeira. Trata-se, simplesmente, de transferir custos que deviam em rigor caber no O.E. para o PRR e, com isso, assegurar um compromisso que não nos é exigido”

nidade para Portugal, desde que centremos as grandes apostas estratégicas, sobretudo, em **factores produtivos** (capital humano e território) que, sendo diferenciadores, nos permitam obter vantagens competitivas.

Assim, na sequência do que dissemos atrás, identificamos cinco grandes apostas estratégicas de investimento prioritário:

- Investir em **serviços e bens intermédios** (direccionados para uma lógica de cadeias de valor fragmentadas), com elevadas componentes de valor nacional e passíveis de integração nas cadeias de valor globais (ou seja, investindo em “produtos para o mundo”, sejam bens e/ou serviços). Portugal não tem condições para preencher, na maioria dos produtos, a totalidade da respectiva cadeia de valor e deve procurar ocupar nela uma posição intermédia, traduzida num posicionamento ascendente de criação de valor, ou seja, como dissemos antes, evoluindo de uma “economia de custo” para uma “economia de valor”.
- Investir em actividades com **elevada incorporação de recursos nacionais** que não podem deixar de assentar no território e no conhecimento, e que deverão ser pouco intensivas em bens intermédios ou matérias-primas importadas.
- Em ligação com o ponto anterior, devemos investir na **qualificação e competência dos nossos recursos humanos**, fazendo deste um factor determinante de afirmação competitiva

e, ao mesmo tempo, investir em **actividades associadas à valorização do território**, visando atrair pessoas de fora do país (turistas e novos residentes com estatuto de reformados e possuidores de rendimentos mais elevados e, também talentos, ou seja, quadros qualificados ou empreendedores, sem esquecer os novos «nómadas digitais»).

- Investir na produção de “séries curtas”, com prioridade para **produtos flexíveis e adaptativos**, ou seja, que incorporem elevados componentes de serviço personalizado (substituindo as “grandes quantidades” e “o pronto a vestir” por produtos “feitos à medida”).
- Investir em **actividades que valorizem o posicionamento geo-económico do país**, afirmando Portugal como um “hub” intercontinental (nomeadamente, infraestruturas aeroportuárias) e, simultaneamente, que contribuam para reduzir ou eliminar a distância física, em especial do “centro” da Europa (transporte aéreo e uso do “transporte” digital, utilizável nos produtos intangíveis).

Portugal tem que manter como prioridade reforçar a sua inserção nas cadeias de valor globais no contexto de uma relação baseada num comércio multilateral. Temos, sem dúvida, que exportar mais, mas o essencial é conseguir exportar melhor (aumentando os valores líquidos das nossas exportações), ou seja, medindo as exportações em “fluxos de valor acrescentado”.

Os números mostram (e remetemos de novo para o estudo que referenciámos antes, coordenado por Augusto Mateus) que nas exportações da nossa indústria transformadora uma parte significativa das mesmas correspondem a bens ou serviços importados. Os valores mais baixos – ou seja, com maior componente nacional incorporada – encontram-se em actividades industriais assentes em matérias-primas nacionais ou em actividades terciárias que incorporam poucas componentes materiais na cadeia de valor.

Nas actividades exportadoras a prioridade tem que estar, em suma, em três apostas essenciais: **subir na cadeia de valor dos produtos exportados; aumentar o peso das nossas exportações líquidas no PIB; e diversificar mercados** aumentando, nomeadamente, o peso dos mercados situados fora da Europa e apostando em parcerias, igualmente, com países de fora da Europa.

2.2. Como investir?

Portugal continua a registar, como sabemos, uma elevada dependência dos fundos europeus no investimento do país. É um constrangimento preocupante, mas que implica, por ora, que saibamos aproveitar o melhor possível estes financiamentos. Para além desta fonte de financiamento, as apostas têm que estar colocadas em dois pilares: atrair recursos externos e reduzir a dependência das nossas empresas do financiamento bancário.

Em relação à atracção de recursos externos eles envolvem três tipos de recursos: **investimentos, talentos e rendimentos**. Em qualquer deles estamos a falar de pessoas: para investir, para trabalhar e para visitar ou viver em Portugal. A qualidade de vida e a envolvente ambiental são, por isso, essenciais.

Precisamos de IDE que venha para Portugal investindo nos nossos recursos e criar riqueza no país actuando numa perspectiva de médio e longo prazo. Os “shared services” tem vindo a trazer grandes grupos internacionais para Portugal e esta deve ser uma aposta a reforçar, associando precisamente competências e território.

Relativamente às fontes de financiamento empresarial é fundamental activar instrumentos não bancários e torná-los acessíveis, nomeadamente às nossas PME. O Estado tem aqui um papel essencial que, como vemos pelas instituições financeiras que gere, não tem sabido executar devidamente. Uma estrutura empresarial nas “mãos” do sistema bancário não tem condições para inovar e operar a mudança de perfil produtivo que o país carece. O apoio de instrumentos de financiamento público a novos projectos tem que ser alargado e incorporar critérios de risco mais flexíveis. Se para acederem aos fundos europeus as nossas empresas tiverem que se endiviar maioritariamente junto da banca (e uma grande parte nem tem sequer condições para o fazer), estaremos a comprometer o sucesso dos programas e dos investimentos a realizar. Neste ponto voltamos a referenciar o documento de António Costa e Silva como uma linha orientadora a seguir.

2.3. Retomar a “Reforma do Estado”

Ao longo do último quarto de século a “reforma do Estado” esteve presente na agenda política dos sucessivos governos, mas, infelizmente, o que foi feito não impediu a crescente degradação do mesmo. Os últimos Governos tentaram erradicar a ideia de “reforma”, como estando associada à criação de um “Estado mínimo” que visasse transferir para o sector privado as principais funções

de serviço público. Em seu lugar, optaram pela expressão «modernização do Estado», o que está longe de ser um equivalente daquela ao prescindir do carácter reformista que lhe estava associado. Não consideramos que a reforma do Estado possa ser um sinónimo de modernização administrativa nem que aquela se deva circunscrever a um problema de meios e de tecnologia. Ela é, acima de tudo, **um problema de organização e de estruturação dos serviços do Estado**. Sem mudar o seu funcionamento o Estado continuará ineficiente e a perder os seus melhores quadros para o sector privado. Também aqui o documento A.C.S. recuperou, em boa hora, a expressão «reforma do Estado». Mas, até ao momento, nada foi feito e aquilo a que se assiste é a uma continuada degradação do serviço público, que tem, desde logo, tradução na dificuldade do mesmo em estruturar e executar os projectos do PRR, nomeadamente, os que constituem investimentos públicos que, como sabemos, são a grande maioria dos mesmos.

Não está em causa executar um programa de redução das funções do Estado, sendo que muitas delas poderão ser melhor executadas por privados, outras, inversamente, devem ser funções do Estado e até propriedade deste e outras, ainda, podem ser executadas em parcerias público-privadas. O que está em causa é o modo de funcionamento dos organismos públicos e das empresas públicas. O seu modelo orgânico, a valorização dos seus activos e os critérios de avaliação e de remuneração dos mesmos, combatendo a actual desmotivação e fuga dos melhores que atinge diversos serviços públicos essenciais (desde logo na saúde e no ensino, mas também nas administrações públicas).

A "reforma do Estado" não é matéria que se resolva num ano, nem sequer numa legislatura, não é traduzível num texto legal mas as suas orientações devem ser definidas e devemos dar passos firmes e estruturados nesse sentido. Sendo este um tema em que um acordo político de largo espectro deveria ser obtido. Se se optar por ceder aos que desejam que tudo fique na mesma, estaremos a precipitar a destruição a prazo de muitos serviços públicos, e, ironicamente, os seus maiores responsáveis são precisamente aqueles que se proclamam os seus maiores defensores.

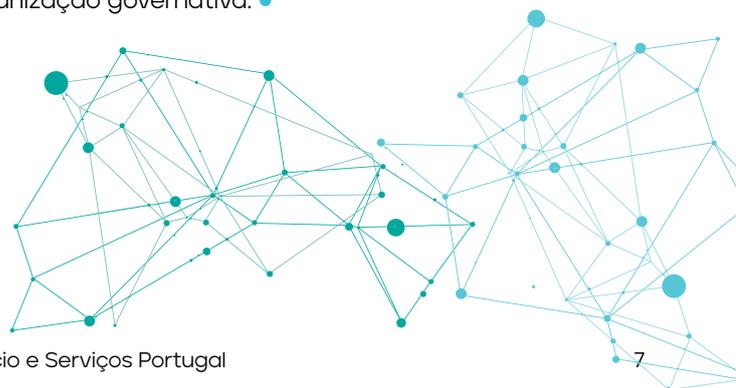
A questão da gestão do PT2030 é um pequeno exemplo destas entropias, e, se se mantiver tudo na mesma, é um sinal preocupante de que se espera que os seus resultados sejam uma mera continuidade dos anteriores programas, com a diferença de que iremos gastar mais para fazermos o que já fizemos. E não é apenas um problema de inflação (os montantes do PRR e do PT2030 não são actualizados em função destas) mas de ges-

"Temos, sem dúvida, que exportar mais, mas o essencial é conseguir exportar melhor"

tão: quando o tempo encolhe o custo aumenta, é uma inevitabilidade.

Temos defendido que deve existir na orgânica do Governo um responsável pela área dos fundos estruturais, de modo a que a intervenção dos diferentes ministérios envolvidos, esteja subordinada a uma orientação geral.

Mas, também, temos defendido que o reverso de uma maior centralidade política é uma muito maior desconcentração de gestão a nível dos programas e dos instrumentos a criar. Ou seja, os chamados «organismos intermédios» devem dispor de maior autonomia, reforçando a sua ligação com os promotores dos projectos, através de um diálogo construtivo com estes. O que, no que diz respeito ao PT2030, se conhece não aponta neste sentido. Se na verdade existe um membro do Governo com funções de coordenação dos Programas, o âmbito das suas funções governativas deviam estar concentradas nesta área e não, como é facilmente verificável na situação actual, acumulando um conjunto de áreas da governação que tornam impossível – por muito esforçado que seja o seu trabalho – que o mesmo possa dar a atenção devida aos Programas. Por outro lado, era essencial que os vários Programas dialogassem e interagissem entre si, o que não parece que esteja a suceder. Uma das funções do membro do Governo com funções de coordenação era pôr os vários ministérios a trabalharem de forma concertada e articulada, e o que vamos assistindo, não nos dá sinais de que tal esteja a acontecer. Na vertente técnica é mantida uma estrutura piramidal de gestão a culminar, de novo, na Agência para o Desenvolvimento e Coesão e colocando a gestão de cada Programa na proximidade de entidades da Administração com funções de condução das políticas (caso dos P.O. Regionais). Temos defendido que as estruturas de gestão deveriam ser constituídas com base na identificação de grandes áreas-problema e não com base na organização governativa. ●



OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Em 2023, num quadro de estagnação do consumo privado e com um contributo muito ligeiro do investimento, o crescimento da economia portuguesa em forte desaceleração, mantém os focos nas exportações de serviços

No 4º trimestre de 2022, conforme previsto, o crescimento da economia portuguesa voltou a desacelerar, com o PIB a crescer 3,2% nesse período (1,6 pontos percentuais - p.p. - abaixo do crescimento no 3º trimestre), tendo-se confirmado para o conjunto do ano um crescimento de 6,7% no PIB (1,2 p.p., acima do crescimento registado em 2021).

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2021 - ANUAL	4,6	10,1	5,6	13,4	13,2	5,5
I	-5,1	6,3	-3,0	-7,2	-2,8	-4,9
II	16,1	16,4	16,2	43,5	37,9	17,0
III	4,1	10,2	5,2	12,2	12,2	5,0
IV	4,9	8,1	5,5	16,3	12,9	6,6
2022 - ANUAL	5,0	2,7	4,5	16,7	11,0	6,7
I	10,2	6,9	9,5	18,8	12,8	11,9
II	3,9	3,9	3,9	25,2	15,2	7,4
III	3,5	1,6	3,1	16,3	11,7	4,8
IV	2,6	-1,2	1,9	8,1	4,9	3,2
Variação face ao período homólogo de 2019 - anterior à pandemia (%)						
2021 ANUAL	-1,1	4,9	-0,1	-7,7	-0,1	-3,3
I	-5,8	4,2	-4,0	-12,0	-4,2	-7,3
II	-0,1	2,3	0,3	-12,7	-2,9	-3,8
III	0,6	1,6	0,8	-5,0	0,5	-1,5
IV	0,8	11,5	2,7	-1,4	6,0	-0,4
2022 - I	3,8	7,7	4,5	7,7	10,8	3,3
I	3,8	11,4	5,2	4,6	8,1	3,7
II	3,8	6,2	4,3	9,4	11,8	3,3
III	4,1	3,2	3,9	10,4	12,2	3,2
IV	3,4	10,2	4,6	6,6	11,2	2,7

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais e anuais - 4ºT 2022

Em 2022, apesar da conjuntura externa desfavorável, o desempenho económico global português foi claramente superior ao de 2021, para o qual foram relevantes a almofada financeira das famílias herdada do acréscimo de poupança acumulada durante o período da pandemia, o fôlego recuperado pelo mercado de trabalho para níveis próximos do pleno emprego, a que se juntaram no último trimestre do ano perante a escalada da inflação, medidas de política de ajudas aos rendimentos das famílias.

Já em 2023 a continuidade esperada no abrandamento económico irá traduzir-se numa desaceleração significativa no crescimento do PIB, para 1,8%, segundo as últimas projeções do Banco de Portugal.

Em 2022 observou-se um forte crescimento do Consumo Privado, de +5,7% (contribuindo com 2 p.p. para o aumento do PIB), um crescimento mais moderado no Investimento, de +2,7% (terá tido um contributo de apenas 0,1 p.p. para o aumento do PIB), e uma aceleração nas exportações de bens e serviços mais intensa que a das importações, materializando-se num contributo de 2,1 p.p. da procura externa líquida para o crescimento do PIB.

Assistiu-se em 2022 a uma maior perda nos termos de troca, face a 2021 (com o deflator das importações, +18,6%, a crescer mais que o das exportações, +14,8%). E o Saldo Externo de bens e Serviços em termos nominais, foi menos negativo que em 2021, passando de -2,9% do PIB para -2,5% do PIB, em 2022.

Já para 2023, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, o crescimento do consumo privado será muito moderado, de apenas 0,3%, em muito condicionado pela contenção do rendimento disponível (dada a inflação e o aumento do custo do crédito), e pela recuperação da taxa de poupança.

Para o consumo público é prevista uma desaceleração para +1,8%, em parte associada ao menor crescimento no número de funcionários públicos.

Para o investimento é prospetivado um crescimento de 2,3%, com um forte impulso do investimento público, já que para o investimento empresarial se prevê um aumento de apenas 0,9%, refletindo a degradação das condições de financiamento e o abrandamento da procura global.

As exportações de bens crescerão previsivelmente 1,2% enquanto para as exportações de serviços é prospetivado um crescimento de 14,9% em 2023.

Para o emprego as projeções do banco central preveem um crescimento de apenas 0,1%, a par do aumento da taxa de desemprego para 7%, 1 p.p. acima da de 2022.

No que se refere ao nível de atividade nos primeiros meses do corrente ano, segundo a informação qua-

litativa do INE, o indicador de confiança dos Consumidores aumentou entre dezembro e março do corrente ano. Já o saldo das opiniões dos consumidores sobre a evolução passada dos preços, voltou a aumentar em março, depois de ter recuado nos meses anteriores.

O indicador de clima económico aumentou entre janeiro e março, embora mais tenuemente no último mês, com os contributos favoráveis dos sectores da Indústria Transformadora e da Construção, mas desfavoráveis do Comércio e dos Serviços. No que se refere às expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços, entre novembro e março passaram a ser muito favoráveis no caso da Indústria Transformadora, no Comércio foram bastante favoráveis em março, e na Construção e nos Serviços foram também favoráveis mas mais moderadamente.

No mercado de trabalho, assiste-se a uma quase estagnação na evolução do emprego e registam-se já acréscimos no desemprego.

Segundo as estimativas provisórias do INE para fevereiro do corrente ano, o emprego registou um crescimento de apenas +0,6% no emprego, e o desemprego aumentou +23,1%, a que corresponde uma taxa de desemprego de 6,8% (1,2 p.p. acima da de fevereiro de 2022). A taxa de subutilização do trabalho ascendeu a 12% (+0,9 p.p. que em fevereiro de 2022).

No que se refere às horas trabalhadas, os índices setoriais do número de horas trabalhadas (valores ajustados de efeito de calendário) evidenciam acréscimos significativos em todos os sectores: no comércio a retalho registou-se um acréscimo homólogo no número de horas trabalhadas de +3,8%, face a fevereiro de 2022 (variação de -2% face a fevereiro de 2020 - anterior à pandemia); na indústria, em janeiro de 2022 o aumento homólogo no índice de horas trabalhadas foi de +6,8% (correspondente a um acréscimo de +1,7%, face a janeiro de 2020) e finalmente nos Serviços registou-se em janeiro um acréscimo homólogo de +7,7% (correspondente a uma variação de -0,1%, face a janeiro de 2020).

Em Portugal, segundo a estimativa rápida do INE a inflação em março de 2023 terá ascendido a 8,7% (8,6% em fevereiro) e a variação homóloga mensal do IPC terá sido de 7,4% (8,2% em fevereiro). Em 2022 a inflação ascendeu a 7,8%.

A inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) que em fevereiro de 2022 era 1,11%, aumentou consecutivamente, atingindo os 6,33% em fevereiro do corrente ano.

Destaca-se em particular o aumento continuado dos preços dos bens alimentares, cuja variação homóloga anualizada (dos últimos 12 meses) de 15,8% em fevereiro último, compara com 1,27% em fevereiro de 2022.

As projeções de março do Banco de Portugal, antecipam um crescimento no Índice harmonizado de preços no consumidor de 5,5% em 2023 e de 3,2% em 2024, depois de um crescimento de 8,1% em 2022.

As projeções de desaceleração da inflação em 2023 assentam em pressupostos de desaceleração dos preços dos bens energéticos, associada ao expectável ajustamento externo dos mercados energéticos, mais que compensando maiores pressões internas também esperadas.

No contexto da política monetária restritiva, perante o quadro inflacionista, continuam a prever-se aumentos adicionais das taxas de juro diretoras por parte do BCE, pelo menos até ao final do primeiro semestre de 2023, com os inevitáveis efeitos nas taxas de juro e nos custos do endividamento, tendo levado à revisão em alta pelo Banco de Portugal da Euribor a 3 meses, para 3,6% em 2023, e 3,8% em 2024.

Destaca-se a evolução recente dos seguintes indicadores;

i) Na componente do consumo:

- **O ritmo de crescimento dos movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) continuou a desacelerar até novembro de 2022, acelerou em dezembro e janeiro do corrente ano, para voltar a desacelerar em fevereiro, talvez sinalizando as preocupações dos consumidores com a degradação do seu poder de compra, a que a pressão inflacionista não deu ainda tréguas.
- No sector automóvel, por comparação com o ano anterior, **a evolução das matrículas de automóveis ligeiros (novos)** foi muito oscilante ao longo do passado ano, tendo-se registado decréscimos homólogos significativos entre abril e junho (de -15,8%, -23,1% e -17,9%), após o que se seguiu um período de sucessivos acréscimos homólogos, tendo-se registado **no conjunto do ano de 2022 um crescimento homólogo de 7,3%, e um crescimento homólogo anualizado de 11,2% em fevereiro de 2023**. De referir que apesar desse acréscimo homólogo, **o sector não recuperou ainda os níveis de atividade anteriores à pandemia**: por comparação com 2019 as matrículas no conjunto do ano de 2022 decresceram praticamente 30%.
- O índice de volume de negócios (IVN) do **comércio a retalho, depois dos decréscimos que sofreu nos dois últimos meses do passado ano, voltou a crescer 3,4% em janeiro, embora tenha voltado a praticamente estagnar em fevereiro com uma variação homóloga de apenas 0,4%. O crescimento homólogo anualizado** (dos últimos 12 meses), a desacelerar desde Setembro (em que ascendia a +7,1%), **foi de +3,1%**.

- Em resultado do preço elevado dos combustíveis e da redução do poder de compra dos portugueses ao longo de 2022, **o crescimento homólogo anualizado das vendas de gasolina** (em toneladas), mantém-se em desaceleração desde Outubro (em que ascendia a +15,4%), tendo ascendido a +12,9% em janeiro do corrente ano.

ii) Na componente do investimento:

- **Nos veículos comerciais** ligeiros, registou-se no conjunto do ano de 2022 um decréscimo homólogo de quase -18% nas respetivas matrículas, correspondente a um decréscimo de quase -38,5% face a 2019. Com uma muito ligeira melhoria nos primeiros 2 meses de 2023: em fevereiro a variação homóloga anualizada foi de 17,4% (de -38,5%, se comparado com o período anterior à pandemia).
- **As matrículas dos veículos pesados novos, pelo contrário**, registaram um crescimento significativo no ano de 2022, de 28,4%, e um crescimento nos últimos 12 meses de 30%, em fevereiro de 2023. Mesmo comparando com o período anterior à pandemia o crescimento é de **11,7%, no ano de 2022, e de quase 20% nos últimos 12 meses terminados em fevereiro de 2023**.
- **As vendas de cimento no mercado interno, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, foram mais moderadas no ano de 2022, com um crescimento de apenas 1,5%, mas correspondente a um aumento de quase 19%, se comparado com o ano anterior à pandemia. Em fevereiro de 2023 a variação homóloga dos últimos 12 meses traduziu-se por um decréscimo de -2,8%**.
- **A importação de máquinas, partes e acessórios, registaram em janeiro um crescimento homólogo de 7,3% e no conjunto do ano de 2022 cresceram face a 2021, 19,4%**, correspondente a um aumento de 31,9% face a 2019, anterior à pandemia.
- **A evolução do índice de produção industrial (IPI) dos bens de investimento** depois de uma evolução negativa durante os primeiros quatro meses de 2022, voltou a recuperar nos meses seguintes e, **no conjunto do passado ano, registou um crescimento face a 2021 de 3,4%. Em Fevereiro do corrente ano a variação homóloga nos últimos 12 meses acelerou para +5,5%**. Face ao período anterior à pandemia observa-se ainda um decréscimo homólogo em torno dos -10% (no conjunto do ano de 2022 foi de quase -11%).

ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

Movimentos na Rede Multibanco



+24,3% Acréscimo homólogo
Janeiro a Fevereiro 2023

+19,4% Acréscimo homólogo
Fevereiro 2023

IVN* Comércio a Retalho Alimentar



-1%

Decréscimo homólogo
Janeiro a Fevereiro 2023

IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar



+4,4% Acréscimo homólogo
Janeiro a Fevereiro 2023

IVN* Serviços



+12,6% Acréscimo homólogo
Janeiro 2023

IVN* COMÉRCIO POR GROSSO



+6,3% Acréscimo homólogo
Janeiro 2023

IVN- Índice de Volume de Negócios

No Turismo, depois da recuperação verificada em 2022 para níveis de atividade já superiores aos anteriores à pandemia, em fevereiro, o total de dormidas, que ascendeu a 4 milhões, registou um crescimento homólogo de 38,5%, correspondente a um aumento de 5,9% face a fevereiro de 2020 (anterior à pandemia). No mesmo mês, as dormidas de residentes cresceram 19% enquanto as de não residentes aumentaram 51%, em ambos os casos acima dos níveis anteriores à pandemia (+4,9% e +6,5% respetivamente).

Acompanhando a recuperação da atividade turística também o movimento de passageiros no Transporte Aéreo se encontra acima dos níveis pré-pandémicos, tendo registado em janeiro último, segundo as estimativas rápidas do INE, um crescimento homólogo de 84%, correspondente a um aumento de 5,7% face a janeiro de 2020.

No caso do movimento aéreo de carga e correio (em toneladas) em janeiro registou-se um decréscimo homólogo de -0,4%, correspondente ainda a um decréscimo face a janeiro de 2020 de -3,2%.

No que se refere à evolução do volume de negócios do Comércio (excetuando o comércio automóvel, de combustíveis e de vestuário), do conjunto dos Serviços e também da Indústria, a faturação das empresas encontra-se a evoluir positivamente, embora no caso de Comércio, tenha voltado a ficar aquém do nível anterior à pandemia.

O índice de volume de negócios (IVN) da indústria do INE, apesar de ter desacelerado nos últimos meses do ano, aumentou cerca de 22% em 2022, face a 2021, correspondendo a um crescimento de 25% quando comparado com o ano anterior à pandemia. Em janeiro de 2023 a variação homóloga foi de quase +13% (correspondente a +19,6% face a janeiro de 2020).

No **comércio a retalho,** depois de nos meses de novembro e dezembro de 2022 se registarem decréscimos mensais homólogos no IVN (deflacionado) de -1,1% e -1,8% respetivamente, em janeiro do corrente ano registou-se um acréscimo homólogo de 3,7% e em fevereiro voltou a desacelerar para apenas +0,4% (correspondente a uma variação de -0,6% face a fevereiro de 2020).

Por outro lado, continua a ser no comércio alimentar que a evolução das vendas é mais desfavorável embora no comércio não alimentar se registre também um acentuado abrandamento nas vendas, sinalizando os efeitos da persistente inflação na degradação do custo de vida dos portugueses. A variação anualizada homóloga em fevereiro foi no comércio a retalho de 3,1%, enquanto no comércio alimentar foi de -1,7% e no comércio não alimentar

de +7%. De notar que no comércio alimentar em estabelecimentos especializados a variação homóloga anualizada do IVN, de +2,7% em fevereiro, mantém-se positiva, sendo no comércio a retalho de bens alimentares nos estabelecimentos não especializados que o decréscimo é notório: - 2,1%.

No IVN do setor dos **Serviços** (excluindo o comércio a retalho) registou-se em janeiro uma desaceleração na variação homóloga mensal nominal, para +12,6% (correspondente a +13,1%, face a janeiro de 2020), sendo de salientar o contributo dos decréscimos verificados nos IVN das atividades de Consultoria e programação informática e atividades relacionadas (-11,8%) e das atividades dos serviços de informação (-5,7%) e nas atividades de investigação científica e de desenvolvimento (-13,3%). Um destaque também para a desaceleração abrupta observada no IVN do comércio por grosso, com uma variação mensal homóloga de apenas 6,3% (ao longo de 2022 registou crescimentos mensais sempre de dois dígitos e predominantemente acima dos 15%).

O **mercado de trabalho** refletiu o abrandamento da economia ao longo de 2022, traduzindo-se na desaceleração sucessiva do crescimento do emprego e no cada vez menor decréscimo no desemprego, trimestre após trimestre, chegando a uma quase estagnação no emprego e mesmo a um acréscimo no desemprego, no 4º trimestre. No conjunto do ano o emprego cresceu 2%, -0,7 p.p. que em 2021, ainda que o decréscimo do desemprego tenha sido de -7,3%. A taxa de desemprego foi de 6% em 2022, -0,6 p.p. que em 2021.

As dinâmicas sectoriais foram no entanto distintas, pelo que a quase estagnação do emprego total no 4º trimestre de 2022, resulta de evoluções sectoriais em sentido opostos.

Por um lado, registaram-se no 4º trimestre decréscimos homólogos no emprego do sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, de -4,7%, e do sector dos serviços, de -0,7%. Por outro, em simultâneo, registou-se um acréscimo homólogo de +4,7% no emprego da Indústria, Construção, Energia e Água.

No que se refere ao desemprego, que no 4º trimestre já registou uma variação homóloga positiva de +3,7%, observaram-se também dinâmicas diversas. Por um lado, o desemprego de indivíduos com ensino superior ainda decresceu -15%, tal como ainda diminuiu -5,5% a população desempregada com idade entre os 16 e os 24 anos de idade, tendo igualmente diminuído -12,4% a população desempregada à procura de primeiro emprego e -9,3% a população desempregada há mais de 11 meses. Pelo contrário, aumentou 6,8% o número de desem-

pregados à procura de novo emprego, e aumentou 15,6% o número de desempregados de curta duração (até 11 meses).

A taxa de desemprego subiu no 4º trimestre para 6,5% (+0,2 p.p. que no 4º trimestre de 2021) e a taxa de subutilização do trabalho foi de 11,7% (coincidente com a do 4º trimestre de 2021 e superior em 0,5 p.p. à do 3º trimestre de 2022).

A taxa de desemprego jovem aumentou para 19,9%, claramente superior à taxa de desemprego global e embora mantendo-se inferior à do trimestre homólogo, aumentou 1 p.p. face ao 3º trimestre de 2022.

A informação mensal mais recente, de janeiro e fevereiro de 2023, não indicia alterações significativas nas trajetórias do último trimestre do passado ano. ●

IVN* Comércio e Reparação Automóvel



+18,8%

Acréscimo homólogo
Janeiro 2023

Automóveis passageiros Ligeiros novos – matrículas



+43%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Fevereiro de 2023

Mercado de Trabalho



+0,4%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Janeiro a Fevereiro de 2023

+23,4%

Acréscimo homólogo total
de desempregados
Janeiro a Fevereiro de 2023

Índice do Número de Horas Trabalhadas



+5,6%

Acréscimo homólogo
no Comércio a retalho
Janeiro a Fevereiro 2023

+7,7%

Acréscimo homólogo
nos Serviços
Janeiro 2023

IVN- Índice de Volume de Negócios



INFLAÇÃO: UM PROBLEMA EM VIAS DE RESOLUÇÃO?

Vamos conseguir a curto prazo retomar um ciclo de baixa inflação ou iremos entrar num percurso de «estagflação» ao longo da década?

1. A inflação (medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor - IHPC) na zona euro em Fevereiro deste ano desceu para 8.5% (ou seja, -0.1 p.p., em termos homólogos, do que em Janeiro e -0.7 p.p. do que no mês de Dezembro). Desde que atingiu um valor máximo em Outubro de 2022 (com 10.6%) ela tem vindo a baixar, de forma lenta, mas continuada.

Estes números são, aliás, melhores que os que referenciam o conjunto dos países da U.E. (27) que em Janeiro (os números de Fevereiro ainda não eram conhecidos quando este boletim foi produzido) estava nos 10.0%. Para este diferencial contribuem os países do leste europeu com taxas bem acima dos 10%, e que atingem mesmo, no caso da Letónia, um valor acima dos 20%.

Com base nestes números, o BCE reviu em baixa a previsão da inflação na zona euro no ano de 2023, colocando-a em 5.3% e projectando para 2024 um valor de 2.9% (ainda acima do objectivo dos 2.0% que o Banco Central Europeu tem como missão garantir). Em contrapartida, o Banco subiu as previsões para a inflação subjacente (que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos) que é colocada, agora, em 4.6% em 2023 e em 2.5% em 2024, e que, pelo seu conteúdo, resulta em menor grau do efeito da guerra na Ucrânia e das medidas tomadas pela U.E. de embargo às importações.

É com este cenário, e com a existência de alguns sinais de perturbação a afectarem o sistema monetário da Europa, que o BCE prosseguiu a sua po-

lítica de aumentos continuados das suas taxas de juro de referência, que iniciara em Junho de 2022. Assim, na última reunião de Março, aumentou em 50 pontos base aquelas taxas, fazendo subir para 3% a taxa de juro de depósitos do BCE. Das declarações então feitas por Christine Lagarde, presidente do Banco, fica a ideia de que esta política irá prosseguir, pelo menos até ao final do 1º semestre deste ano, confirmando as previsões feitas no final do ano passado de que aquela taxa poderá chegar aos 4% este ano.

Desta vez, contudo, a inflação de que estamos a falar não foi gerada no processo económico. Foram os decisores políticos que a produziram. Desde as medidas de combate ao COVID 19 que reduziram a oferta, até aos alívios quantitativos (Q.E. na sigla inglesa) para segurar rendimentos e aumentar a procura (sobretudo, nos E.U.A. de Trump e de Biden), passando pela "guerra económica", desencadeada na sequência da invasão russa da Ucrânia. A inflação tem, pois, causas políticas, mas quem está a suportar os seus custos são as empresas e as famílias que vêem a sua despesa aumentar e, no geral, vendem e consomem menos.

Como sabemos, o BCE, em nome da recuperação da economia adoptou, na saída da crise do COVID19, uma política prudente, resistindo, durante vários meses, em acompanhar a política da Reserva Federal Americana de aumentar as taxas de juro. Na altura, a presidente do Banco colocou-se ao lado daqueles que defendiam a especificidade da inflação europeia, contra - os chamados «falcões» - adeptos de políticas monetárias mais enérgicas. Esta situação parece ter-se alterado e, agora, Christine Lagarde, independentemente das turbulências do sistema e dos efeitos colaterais dos aumentos, afirma, que a prioridade do BCE vai ser a de baixar a inflação para 2% nos próximos 2-3 anos e que o Banco não vai recuar nesse propósito, não cedendo perante aqueles que aconselham alguma contenção acrescida nos aumentos.

É, já hoje, notório que os factores da inflação na zona euro associados directamente à Guerra na Ucrânia estão a perder peso, sendo estes precisamente aqueles onde a política monetária menos pode ser solução; mas, também é verdade, que os números ainda elevados da inflação subjacente alertam para um possível efeito da procura no aumento dos preços e, aqui, a política do BCE pode ter maior eficácia, mesmo que daí resulte um impacto recessivo sobre a economia, nomeadamente em países com uma maior dependência, em termos de financiamento, do sistema bancário. Quer por parte do tecido empresarial, quer por parte das famílias e, em especial, nas mais endividadas, o aumento dos juros no crédito concedido pode pôr em causa o seu cumprimento, podendo no caso das empresas colocar em causa a sua própria sobrevivência.

É verdade que as taxas de juro continuam abaixo dos valores da inflação (nomeadamente, no que se refere às taxas da dívida pública), mas se continuamos a arrefecer a economia podemos tornar a situação de muitas empresas insustentável, a que acresce que o aumento dos seus custos geram, por si mesmo, aumento dos preços ou seja inflação (em muitas actividades as margens de comercialização são baixas e não comportam reduções).

2. E, em Portugal?

Depois de um ano de 2021 em que divergimos da generalidade dos países europeus com uma taxa de inflação muito baixa (o efeito COVID19 em matéria de preços foi em Portugal, algo paradoxalmente, baixo), entrámos em 2022 com uma inflação que ainda era a mais baixa de toda a U.E. (em Janeiro do último ano o IHPC nacional era de 3.4%, o que comparava com o valor de 5.1% para o conjunto da zona euro).

Contudo, mesmo sendo Portugal um país com menor dependência do gás e do petróleo russo, factor que explica uma parte dos aumentos em países como a Alemanha ou a Polónia, a nossa inflação não parou de aumentar a um ritmo acima da do conjunto da zona euro, tendo pela primeira vez em Abril a taxa de variação igualado a da zona euro nos 7.1%, para, a partir de Junho, registarmos valores que se situaram sempre acima dos da zona euro, terminando Portugal o ano de 2022 com uma inflação homóloga de 9.8% enquanto a zona euro se ficava pelos 9.2%. Na realidade este diferencial assenta, sobretudo, na inflação subjacente, em que os nossos números estão, claramente, acima dos da zona euro.

Para 2023, o Governo prevê (no O.E. para 2023) uma inflação de 4.0% e, mais recentemente, a Comissão Europeia avançou uma previsão de 5.5%. Mas, nos primeiros meses de 2023 (números conhecidos de Janeiro e Fevereiro), a situação não dá grandes sinais de desagravamento como se pode ver pelos números do Quadro que apresentamos. Assim, e, como já tínhamos alertado, os valores anuais do Governo parecem de difícil concretização o que não deixará de se repercutir nos saldos das contas públicas deste ano.

Os diferenciais entre as diferentes classes de bens e serviços são notórios, registando-se aumentos mais significativos nos **bens alimentares** (transformados e não transformados) e nos **restaurantes e hotéis** (com especial incidência nestes segundos), enquanto, em sentido inverso, os **transportes** e o **vestuário e calçado** decrescem.

Se a inflação homóloga (agora medida pelo IPC) inverteu a tendência de subida, já a média dos últimos 12 meses regista uma subida, com o valor de Fevereiro a situar-se nos 8.6%, valor que é

o maior desde o início da subida dos preços em 2021 (o mesmo sucedendo com a inflação subjacente que, num ano, viu este indicador passar de 1.1% para 6.3%). Comparando os preços dos bens e dos serviços as diferenças são também significativas com a variação nos bens, em média anual, a atingir 11.3% contra 4.6% nos serviços.

O factor custo, actuando do lado da oferta, explica uma grande parte dos aumentos registados, mas no valor do índice geral é inequívoco existir, também, uma quota parte de responsabilidade que é gerada pela dinâmica da procura e pela necessidade de as empresas recuperarem perdas passadas.

Olhando para as várias categorias de bens e serviços, o destaque na dimensão dos aumentos tem que ser colocado nos **bens alimentares** (até pelo seu peso no IPC) que, em média anual, registam um aumento de 15.8% (comparativamente com o mês homólogo o aumento é ainda maior, atingindo os 21.5%, que terá sido, segundo o próprio INE, o maior valor registado desde 1985), o que levou o Governo a isentar de IVA alguns bens alimentares não transformados.

O aumento dos custos dos factores produtivos explicam de forma clara - sobretudo, a montante da cadeia de valor -, uma grande parte dos mesmos, mas não é ainda suficientemente claro quais as razões concretas para Portugal liderar hoje estes aumentos em toda a zona euro, mesmo considerando os diferentes graus de dependência externa de alguns produtos e o impacto que as várias políticas públicas adoptadas nos países do euro certamente tiveram. O tema tem sido objecto de debate público e, por certo, os números dos próximos meses ajudarão a ter uma ideia mais clara da situação, nomeadamente, quanto ao papel dos custos de produção a montante que, estando em regressão na origem, não deixarão de se reflectir nos custos finais. A realidade conhecida do sector não permite considerar como muito plausível existir um aumento dos preços em resultado de um

aumento das margens de distribuição. De acordo com a UTAO, explanada em recente relatório sobre as causas da inflação, «diferenças nos graus de concorrência interna nas cadeias de fornecimento até aos consumidores finais» é uma razão posta em destaque.

Menos dúvidas suscitam, por outro lado, os aumentos na hotelaria em que é indiscutível o efeito procura na variação dos preços. A expectativa de um bom ano turístico em 2023 levou a uma actualização daqueles para este ano que, sendo uma realidade que não é apenas nacional, faz com que, após dois anos de profunda crise no sector, exista agora um objectivo de recuperação das perdas. O problema (até porque o seu peso no IPC não é demasiado alto) é saber se os nossos preços já não estão, em média, num patamar que nos pode tornar, a prazo, menos competitivos com muitos destinos que com Portugal concorrem directamente (em especial, o mercado espanhol) e se o "boom" da procura não poderá inverter-se.

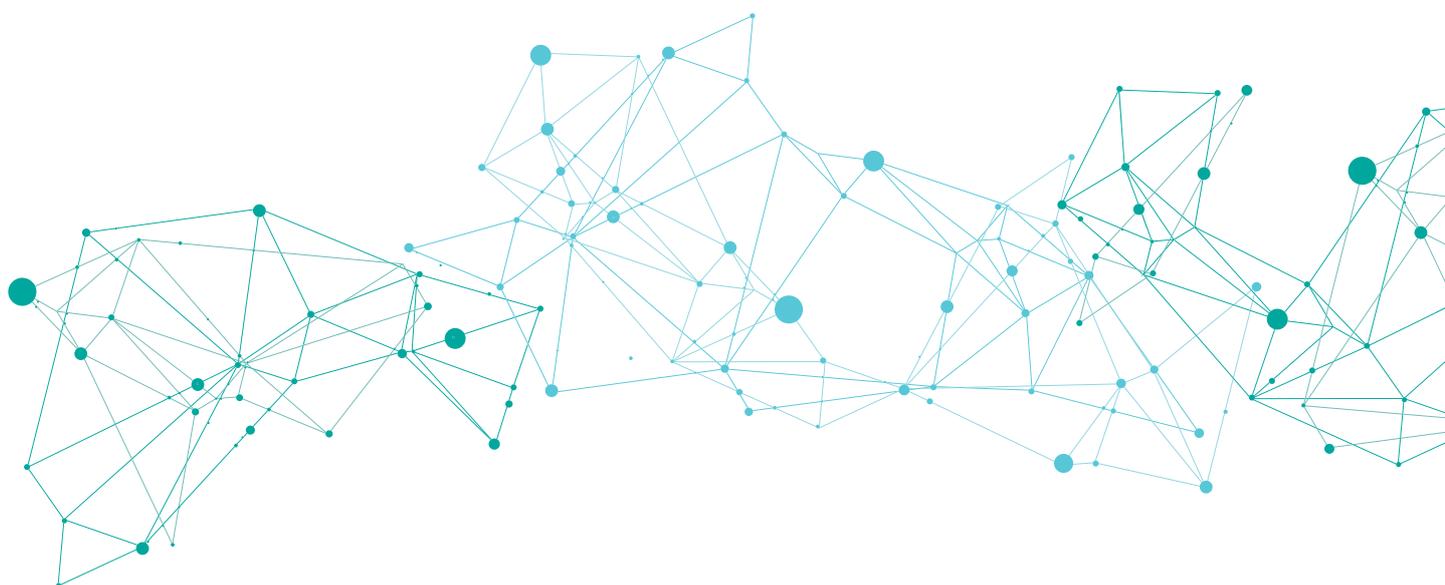
Em termos futuros não é fácil antecipar o comportamento que a inflação irá ter (o efeito da política monetária pode revelar-se menos eficaz). O que parece certo é que, aquela a manter-se e com o endurecimento das políticas do BCE, a «estagflação» será um cenário inevitável. Teremos uma repetição da crise dos anos 70 do século passado? Não é muito provável que a dimensão que aquela teve se repita, mesmo sabendo que nos confrontamos com um factor agravante: o baixo desemprego até agora registado e que, em si mesmo, cria uma pressão adicional sobre os salários (teorizada na famosa curva de Phillips). Até ao momento, isso não sucedeu e o impacto dos aumentos salariais não tem sido significativo, sendo previsível que, em 2023, os salários não aumentem de modo a recuperar da inflação registada em 2022. Temos hoje, uma realidade empresarial bem diferente da que existia há 60 anos e existem instrumentos de concertação social em que, a consciência de que, em cenários de inflação duradoura, ninguém sai a ganhar estará presente. ●



Números da Inflação em Portugal (IPC) (Valores em Fevereiro 2023)

	Tendência dos últimos 12 meses	Tendência	Homóloga (variação face ao mesmo mês do ano anterior)	Tendência
Inflação Total	8.58	↗	8.25	↘
Inflação subjacente (excluindo prod. alim. não transf. e energéticos)	6.33	↗	7.21	↘
Bens	11.25	↗	10.70	↘
Produtos energéticos	21.87	↘	1.94	↘
Produtos alim. não transformados	14.84	↗	20.09	↗
Bens alimentares e bebidas	15.80	↗	21.47	↗
Vestuário e calçado	0.61	↘	1.46	↘
Serviços	4.57	↗	4.51	↗
Restaurantes e hotéis	12.82	↗	11.28	↗
Transportes	9.33	↘	2.58	↘
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	13.24	↗	6.90	↘

Fonte: INE.



AS POLÍTICAS



FORMAÇÃO PROFISSIONAL – DESAFIOS E EXPECTATIVAS

Breve enquadramento da Formação Profissional em Portugal

“A educação, a formação e a aprendizagem ao longo da vida são agentes fundamentais de promoção da inclusão de todas as pessoas para uma participação plena na sociedade e no mercado de trabalho”, in Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A Organização Internacional do Trabalho reforça a necessidade das pessoas aumentarem o investimento nas suas capacidades por forma a que possam adquirir competências, aperfeiçoá-las e reciclar-se profissionalmente ao longo de toda a sua vida» e «abrir percursos para que os jovens se possam integrar nos mercados de trabalho,

aumentando as oportunidades para que os trabalhadores de idade avançada possam continuar economicamente activos e preparando de forma proactiva os trabalhadores para as transições no mercado laboral»

Assegurar a universalidade e acessibilidade da educação e da formação, é uma ambição dos estados modernos e democratas, e Portugal partilha esta aspiração.

Em Portugal, a evolução verificada nas últimas décadas, em matéria de qualificação dos portugueses, e a conseqüente aproximação aos índices europeus, tem sido notória. Veículo privilegiado para a integração de pessoas em situação de desemprego no mercado de trabalho e para a melhoria

das qualificações e das competências daqueles que já têm emprego, instrumento facilitador da criação de valor e de diferenciação no contexto laboral e dos territórios, a educação e a formação profissional, promovidos por uma diversidade de operadores, desde escolas, entidades formadoras privadas, associações empresariais, tem permitido avanços muito significativos na escolaridade dos jovens portugueses, por via do aumento de modalidades educativas mais práticas e próximas da realidade laboral, e no desenvolvimento e actualização das competências de jovens e adultos.

Para este desenvolvimento, muito contribuiu a consolidação do Sistema Nacional de Qualificações, que, conseguiu organizar num único sistema, todas as modalidades de educação e de formação com a sua diversidade de promotores.

A par das modalidades ditas mais clássicas, os cursos do ensino geral, assistiu-se ao desenvolvimento de modalidades, com cariz algo inovador, e que têm permitido a cativação de um público adverso à frequência de iniciativas de educação/formação, promovidas no âmbito do sistema de ensino "tradicional".

São exemplos, os cursos de educação e formação de adultos, modalidade de dupla certificação, adaptada às necessidades de uma população que não possui a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e que permitem a obtenção do 1.º ciclo do ensino básico ou de uma qualificação de nível 1, 2, 3 ou 4 do QNQ. Ou as formações modulares certificadas, que permitem percursos de formação flexíveis, através da realização e certificação de unidades de formação de curta duração, que são capitalizáveis para a obtenção de uma qualificação de nível 1, 2, 3, 4 ou 5 do QNQ.

O surgimento destas formações foi muito aplaudido por empresas e seus colaboradores, pois têm associadas claras vantagens, como a possibilidade de definir acções de formação à medida das necessidades que se impõem naquele momento e a flexibilidade da construção e da frequência dos percursos formativos, que atendendo à sua natureza modular e de curta duração, possibilitam a realização de percursos formativos "step by step", com certificação parcial gradual, até à certificação total de determinado percurso, se assim for a intenção dos destinatários.

Os Cursos de Aprendizagem, modalidade de formação de dupla certificação que se desenvolve

em alternância (sala de aulas/empresa), com uma forte componente de aproximação à realidade empresarial, e que actualmente permite, para além das qualificações de nível 4, a obtenção de uma qualificação de nível 5 do QNQ, contribuindo para o reforço da formação pós-secundária não superior.

Também o aparecimento do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), dinamizado por uma rede constituída actualmente por 316 Centros Qualifica, promovidos por diversos tipos de entidades, como escolas públicas e privadas, centros de formação, autarquias, associações empresariais e empresas, dirigido fundamentalmente a adultos que, sendo detentores de baixas qualificações formais, adquiriram experiência e competências relevantes, passíveis de serem certificadas e de constituírem o 1.º passo para a continuação de um percurso qualificante, contribuiu significativamente para o aumento efectivo do nível de qualificação dos adultos.

O Sistema Nacional de Qualificações está alicerçado no Catálogo Nacional de Qualificações, instrumento que regula as qualificações de nível não superior (níveis 2, 4 e 5 do Quadro Nacional de Qualificações), e no qual são desenhados os referenciais de qualificação, definidas as competências-chave, definidos percursos de curta e média duração, supostamente pensados e organizados para o mercado de trabalho, e actualizados com alguma cadência, embora não ao ritmo que a realidade empresarial precisaria.

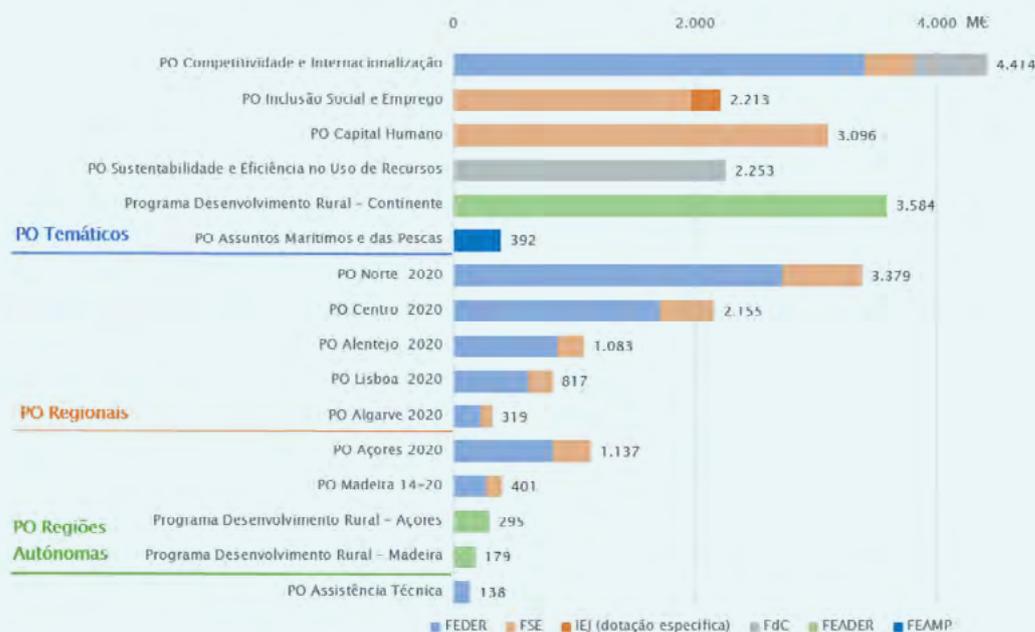
Estas medidas foram alavancadas por via do ***Acordo sobre Formação Profissional e Qualificação: um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país***, assinado em Julho de 2021 entre o governo e a maioria dos parceiros sociais, nomeadamente a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Este acordo estratégico, que sucede ao anterior, assinado há cerca de 16 anos, permitiu desenvolvimentos positivos, nomeadamente na alteração do quadro jurídico da formação, com a revisão e publicação de vários diplomas legais que vieram actualizar a oferta formativa anteriormente descrita, conferindo-lhes uma maior flexibilidade e melhor adequação das regras à realidade. O acordo potenciou ainda a actualização em larga escala do CNQ, com a realização, ainda em curso, de 22 estudos de diagnóstico de necessidades de qualificações e de competências, de âmbito sectorial, e que pretende abranger todos os sectores da economia.

O PT 2020

Em Portugal, não obstante um crescente envolvimento de capitais privados na formação profissional, especialmente na formação de activos, verifica-se ainda uma grande dependência dos fundos públicos, que, devido aos sucessivos quadros comunitários, têm existido com alguma abundância.

No final do quadro financeiro ainda em curso, está previsto Portugal receber cerca de 25 mil milhões de euros, ara o conjunto dos fundos, os quais serão atribuídos no âmbito de cada um dos 16 Programas Operacionais, temáticos e regionais.



Fonte: AD&C - Dotações Financeiras por Programa e por Fundo

A grande relevância da formação profissional e o seu carácter transversal, permitiu alocar grande parte destes fundos, a vários programas operacionais, com especial incidência nos temáticos POISE, POCH e Compete 2020, em função da estratégia de política pública definida.

O Programa Operacional Capital Humano, especialmente desenhado para intervenção ao nível da qualificação escolar e profissional, numa lógica de reduzir o abandono escolar, reforçar o ensino profissional e a sua ligação ao mercado de trabalho, apostar no ensino superior e na formação avançada; o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, com medidas para intervir nos domínios da empregabilidade e da inclusão social, numa lógica que a formação profissional continuará a ser uma das dimensões essenciais das políticas de activação de desempregados e da melhoria da sua empregabilidade, bem como de sustenta-

ção do emprego de empregados, nomeadamente em risco de desemprego e finalmente o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, vocacionado para intervir em actividades produtivas com forte valor acrescentado nacional, com reflexos sobre a produtividade e os níveis de competitividade e desenvolvimento económico e social de Portugal e das suas regiões, por via do financiamento de acções direccionadas às necessidades das empresas e do mercado de trabalho, e no qual estão previstas modalidades de formação mais personalizadas, tais como a formação/acção, o apoio a formações específicas e associadas a projectos de investimento de modernização das empresas, o apoio à capacitação dos trabalhadores e dirigentes das empresas, quer como parte integrante de projectos de investimento em I&D mais abrangentes, quer recorrendo a projectos autónomos de formação.

Estes programas, não obstante, a sua execução continuar em 2023, registam já excelentes taxas de execução. O Portugal 2020 atingiu em Fevereiro do corrente ano 116% de compromisso e 87% de execução, sendo que domínio do Capital humano, transversal a todos os PO apresenta uma taxa de execução de 93% (infografia de Fevereiro 2023, AD&C).

Não obstante, os valores disponíveis para a formação e qualificação e os progressos que identificámos, verifica-se que os esforços foram insuficientes pois as empresas continuam a manifestar défices de mão-de-obra qualificada, e não encontram respostas no sistema de formação profissional que está instituído. Muita standardização nos modelos de formação financiados, impede a adequação da formação à realidade empresarial no concreto e, mesmo em projecto com cariz mais personalizado, como a modalidade de formação/acção, as exigências subjacentes ao financiamento, demovem um maior envolvimento por parte dos empregadores

Em simultâneo, a excessiva burocracia no acesso aos fundos, tipologias de despesas e taxas de comparticipação não compatíveis com as necessidades e a situação das empresas, a falta de uma maior flexibilidade para reduzir cargas horárias mínimas previamente impostas, a falta de celeridade na actualização de referenciais de competências, também eles obrigatórios quando a formação é financiada, tem afastado empresas com potencial

para transferir os conhecimentos e competências adquiridos para a realidade empresarial, e criar efectiva inovação e mudança no contexto empresarial.

O PT 2030 e PRR – Desafios e expectativas

A Estratégia Portugal 2030, quadro nacional de referência para os vários instrumentos de política pública, como o **Programa de Recuperação e Resiliência** (PRR), e **PT 2030**, traz novas oportunidades para atenuar o desfasamento entre as qualificações dos recursos humanos e as necessidades das empresas, e, em simultâneo, corrigir as situações que, no passado, funcionaram como obstáculos à eficácia do investimento nas qualificações. Abraçar esta nova oportunidade para fazer melhor e para alcançar melhores resultados, urge.

Os valores alocados à formação profissional e qualificações, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), essencialmente dirigidos à modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, e no PT 2030, por via do Fundo Social Europeu (FSE+) para apoiar o investimento nas pessoas, promover o emprego e para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, confirma que se entende que a formação profissional continua a constituir uma efectiva alavanca do desenvolvimento e crescimento económico do nosso país.

Relação das agendas temáticas com o Portugal 2030 e o PRR

Estratégia 2030 Agendas Temáticas	Portugal 2030		PRR		Total PRR + PT 2030	
As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	3 865	17%	5 236	31%	9 102	23%
Digitalização, Inovação e Qualificação como Motores do Desenvolvimento	8 329	36%	6 397	38%	14 723	37%
Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos	4 779	21%	4 187	25%	8 966	23%
Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente	5 329	23%	823	5%	6 152	16%
Assistência Técnica	693				693	
Total	22 995	100%	16 444	100%	39 639	100%

Fonte: Portugal 2030 – Relação das agendas temáticas com o Portugal 2030 e o PRR

O Programa Pessoas 2030 (que agrega o antigo POISE e POCH), dedicado à demografia, qualificações e inclusão, tem uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões de euros (FSE+), e intervenções nos domínios das políticas activas de emprego, da educação e formação profissional e superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades que, em conjunto, também contribuem para enfrentar o desafio demográfico, dando cumprimento quase integral ao objectivo Portugal + Social.

O Programa Compete 2030, dedicado à Inovação e Transição Digital, tem um total de 3,9 mil milhões de euros financiados (FEDER e FSE+), para apoiar a inovação e competitividade, a transição energética e as competências para a competitividade.

Verifica-se que, no quadro que ora inicia, existiu um esforço de concentração e reorganização dos programas, facilitador de uma intervenção mais estratégica e concertada. Prevê-se ainda, uma maior simplificação e desburocratização no acesso aos fundos, reduzindo-se etapas, documentação e formalidades.

Parece existir um apelo à apresentação de projectos em cooperação, quer seja entre empresa, quer seja entre entidades de natureza diversa, o que nos parece positivo.

Ainda não é possível avaliar, atendendo que os primeiros concursos foram publicados há cerca de 4 dias, mas é necessário que os Programas, sem perder o rigor, os princípios da boa utilização dos recursos públicos e a orientação para resultados, tendam a terminar com as excessivas regras, que não trazem valor acrescentado à qualidade dos projectos, e impedem o acesso a quem pretende investir na formação profissional, porque a considera uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento e crescimento económico do nosso país. Importa que se destruam as barreiras burocráticas que impedem o acesso aos fundos por parte de empresas que têm estratégias de atracção e retenção dos profissionais com mais experiência, que apostem na formação contínua e no reskilling

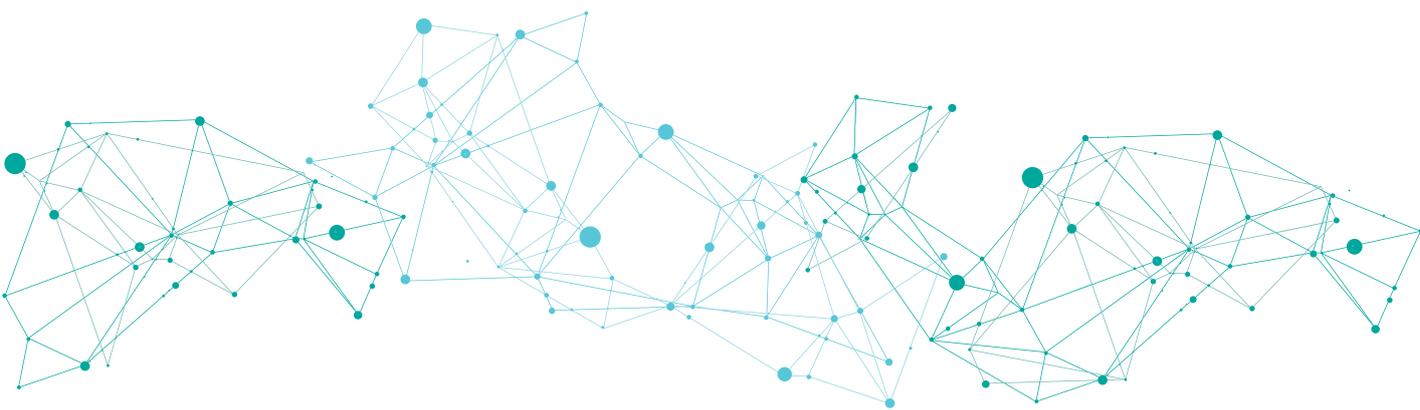
dos trabalhadores que já se encontram integrados, mas que são confrontados com a necessidade permanente de actualização, nomeadamente nesta era das novas tecnologias e da inteligência artificial. Igualmente, a aposta na captação e formação de talentos jovens, deve ser priorizada. A falta de trabalhadores é uma realidade, a par da existência de jovens sem qualificação para o mercado de trabalho. O não aproveitamento desses Jovens acarreta custos sociais e económicos elevados, mas é necessário que às empresas, sejam facultadas as condições para investimento no talento jovem, com retorno obvio.

Os programas que agora iniciam, devem permitir e facilitar estratégias de formação personalizadas, baseados num contacto pessoal e não apenas a formação de "catalogo" que impedem a adequação à realidade das empresas envolvidas, nomeadamente o alinhamento com as suas estratégias de inovação e de desenvolvimento tecnológico. Abordagens que contemplem consultoria, coaching e mentoring, mais apropriadas para facilitar a transferência de conhecimentos para a empresa, devem ser permitidas e financiadas. É necessário sair da "caixa", ver para além da pseudo necessidade de burocracia, e considerar que essencial é aplicar os recursos financeiros disponíveis em entidades que conseguem, com os outputs de iniciativas de qualificação dos seus recursos humanos, transferir competências para a empresa, gerar valor e mudanças, inovar, fazer investimentos estruturantes, transformadores e sustentáveis, contribuindo assim para uma economia salutar e para a competitividade do país.

Portugal, o mundo em geral, enfrentam grandes desafios:

"Digitalização, globalização, envelhecimento da população e a transição para uma economia de baixo carbono estão a afetar os empregos disponíveis e as competências necessárias para os desempenhar" (OCDE).

Invista-se muito, mas invista-se bem! ●





PROGRAMA DÉCADA DIGITAL PARA 2030. VISÃO DA COMISSÃO EUROPEIA”

Na sua Comunicação de 9 de março de 2021 intitulada «Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital» («Comunicação em matéria de Orientações para a Digitalização»), a Comissão definiu a sua visão para 2030 a fim de capacitar os cidadãos e as empresas através da transformação digital («Década Digital»).

A via da União para a transformação digital da economia e da sociedade deverá abranger a soberania digital de forma aberta, o respeito pelos direitos fundamentais, o Estado de direito e a democracia, a inclusão, a acessibilidade, a igualdade, a sustentabilidade, a resiliência, a segurança, a melhoria da qualidade de vida, a disponibilidade de serviços e o respeito pelos direitos e aspirações dos cidadãos. Deverá contribuir para uma sociedade e uma economia dinâmicas, eficientes em termos de recursos e justas na União.

Estes são os objetivos da Comissão.

A presente decisão não se aplica às medidas tomadas pelos Estados-Membros em matéria de segurança nacional, segurança pública ou defesa, estabelece o programa Década Digital para 2030 e cria um mecanismo de acompanhamento e cooperação para esse programa, com três grandes objetivos:

- Criar um ambiente favorável à inovação e ao investimento, definindo uma direção clara para a transformação digital da União e para a consecução de metas digitais a nível da União até 2030, com base em indicadores mensuráveis;
- Estruturar e estimular a cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros;
- Promover a coerência, a comparabilidade, a transparência e a integralidade do acompanhamento e da prestação de informações pela União.

A decisão estabelece um quadro para projetos plurinacionais e define um conjunto de conceitos que lhe são inerentes, incluindo o índice de digitalidade da economia e da sociedade (ou IDES), um conjunto anual de análises e de indicadores de medição para o acompanhamento do desempenho digital global da União Europeia e dos seus Estados Membros em várias dimensões estratégicas, incluindo os progressos na consecução de um conjunto de metas. Visa-se que o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão e os Estados Membros cooperem para alcançar as referidas metas digitais na União até 2030 («metas digitais»):

1. Uma população dotada de competências digitais e profissionais do setor digital altamente qualificados, com o objetivo de alcançar um equilíbrio de género, em que:

a) No mínimo 80 % das pessoas com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos disponham, pelo menos, de competências digitais básicas;

b) No mínimo 20 milhões de especialistas em TIC trabalhem na União, promovendo-se simultaneamente o acesso das mulheres a este domínio e aumentando-se o número de licenciados em TIC;

2. Infraestruturas digitais seguras, resilientes, eficientes e sustentáveis, em que:

a) Todos os utilizadores finais num local fixo estejam cobertos por uma rede a gigabits até ao ponto terminal da rede e todas as áreas povoadas estejam abrangidas por redes de alta velocidade sem fios da próxima geração com um desempenho pelo menos equivalente a 5G, de acordo com o princípio da neutralidade tecnológica;

b) A produção, em conformidade com o direito da União em matéria de sustentabilidade ambiental, de semicondutores de ponta na União represente, pelo menos, 20 % da produção mundial em valor;

c) No mínimo 10 000 nós periféricos de elevada segurança e com impacto neutro no clima estejam implantados na União, distribuídos de uma forma que garanta o acesso a serviços de dados com baixa latência (isto é, a poucos milissegundos) onde quer que as empresas estejam localizadas;

d) A União disponha até 2025, do seu primeiro computador com aceleração quântica, abrindo caminho para posicionar a União na vanguarda das capacidades quânticas até 2030.

3. A transformação digital das empresas, pela qual:

a) No mínimo 75 % das empresas da União adotem um ou mais dos seguintes elementos, em consonância com as suas operações comerciais:

- i) serviços de computação em nuvem
- ii) megadados
- iii) inteligência artificial

b) Mais de 90 % das PME da União atinjam, pelo menos, um nível básico de intensidade digital;

c) A União promova o crescimento das suas empresas inovadoras de crescimento acelerado e melhore o acesso destas ao financiamento, conduzindo, pelo menos, à duplicação do número de unicórnios.

4. A digitalização dos serviços públicos, pela qual:

a) 100 % dos serviços públicos essenciais sejam prestados eletronicamente e, se for caso disso, os cidadãos e as empresas na União possam interagir em linha com as administrações públicas;

b) 100 % dos cidadãos da União tenham acesso aos seus registos de saúde eletrónicos;

c) 100 % dos cidadãos da União tenham acesso a um meio de identificação eletrónica (eID) seguro e reconhecido em toda a União, que lhes permita controlar plenamente as transações sobre a sua identidade e os dados pessoais partilhados.

A Comissão deverá rever as metas digitais e as definições pertinentes até 30 de junho de 2026 e apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre o resultado da revisão, bem como uma proposta legislativa para a alteração das metas digitais, sempre que o considere necessário para dar resposta aos desenvolvimentos técnicos, económicos e sociais, com vista ao êxito da transformação digital da União.

A Comissão acompanha os progressos da União na consecução dos objetivos gerais e das metas digitais. Para esse efeito, a Comissão recorre ao IDES e estabelece, por meio de um ato de execução, os ICD para cada meta digital.

Os Estados-Membros facultam atempadamente à Comissão as estatísticas e os dados necessários para o acompanhamento eficaz da transformação digital e do nível de consecução das metas

digitais. Esses dados são, sempre que possível, desagregados por género e por região, em conformidade com o direito da União e o direito nacional. Caso as estatísticas pertinentes dos Estados-Membros ainda não estejam disponíveis, a Comissão pode utilizar uma metodologia alternativa de recolha de dados, como estudos ou recolha direta de dados junto dos Estados-Membros, em consulta com estes, inclusive a fim de assegurar que o nível regional é devidamente documentado. A utilização dessa metodologia alternativa de recolha de dados não afeta as atribuições da Comissão no âmbito do Eurostat.

A Comissão, em estreita cooperação com os Estados-Membros, deverá ainda estabelecer trajetórias previstas a nível da União para cada uma das metas digitais. Essas trajetórias previstas servem de base ao acompanhamento da Comissão e para os roteiros estratégicos nacionais para a Década Digital dos Estados-Membros («roteiros nacionais»). Se necessário, à luz dos desenvolvimentos técnicos, económicos ou sociais, a Comissão, em estreita cooperação com os Estados-Membros, atualizará uma ou várias dessas trajetórias previstas e apresentará atempadamente ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre as trajetórias previstas a nível da União e as suas atualizações.

Está, ainda, previsto que a Comissão submeta e apresente ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório anual global sobre o estado da Década Digital («**Relatório sobre a Década Digital**»). O Relatório sobre a Década Digital apresenta os progressos relativamente à transformação digital da União e ao IDES.

O seu Relatório sobre a Década Digital deverá ser apresentado até 9 de janeiro de 2024.

Neste Relatório, a Comissão apresenta uma avaliação dos progressos da transformação digital da União na consecução das metas digitais e ao nível de conformidade com os objetivos gerais. A avaliação dos progressos realizados baseia-se, em especial, na análise e nos ICD do IDES em comparação com as trajetórias previstas a nível da União e com as trajetórias nacionais previstas, tendo em conta - se aplicável e possível - a análise da dimensão regional. A avaliação dos progressos realizados baseia-se também, se aplicável, na criação e nos progressos dos projetos plurinacionais.

O relatório deverá, também, identificar lacunas e insuficiências significativas e recomendar políticas, medidas ou ações a adotar pelos Estados-Membros nos domínios em que os progressos foram insuficientes para alcançar os objetivos gerais e as metas digitais. Essas políticas, medidas ou ações recomendadas podem incidir, em especial:

- No nível de ambição dos contributos e das iniciativas propostos pelos Estados-Membros, com vista a alcançar os objetivos gerais e as metas digitais;
- Nas políticas, medidas e ações a nível dos Estados-Membros, incluindo, se for caso disso, de dimensão regional, bem como noutras políticas e medidas de potencial pertinência transnacional;
- Em políticas, medidas ou ações adicionais que possam ser necessárias para ajustar os roteiros nacionais;
- Nas interações e na coerência entre as políticas, medidas e ações existentes e planeadas.

Finalmente, o Relatório sobre a Década Digital avalia a eventual necessidade de políticas, medidas ou ações adicionais a nível da União.

Roteiros estratégicos nacionais para a Década Digital

Até 9 de outubro de 2023, os Estados-Membros deverão apresentar à Comissão os respetivos roteiros nacionais. Os roteiros nacionais são coerentes com os objetivos gerais e as metas digitais e contribuem para a sua consecução a nível da União. Os Estados-Membros têm em conta as iniciativas setoriais pertinentes e promovem a coerência com as mesmas.

1. Cada roteiro nacional inclui os seguintes elementos:

- a)** As principais políticas, medidas e ações planeadas, adotadas e executadas que contribuam para alcançar os objetivos gerais e as metas digitais;
- b)** As trajetórias nacionais previstas que contribuam para alcançar as metas digitais pertinentes mensuráveis a nível nacional, ao passo que a dimensão regional está refletida, sempre que possível, nos roteiros nacionais;
- c)** O calendário das políticas, medidas e ações planeadas, adotadas e executadas a que se refere a alínea a) e o seu impacto previsto para a consecução dos objetivos gerais e das metas digitais.

2. As políticas, medidas e ações indicam um ou vários dos seguintes elementos:

- a)** O direito nacional ou da União pertinente diretamente aplicável;
- b)** Um ou vários compromissos assumidos para adotar as referidas políticas, medidas ou ações;

- c) Os recursos financeiros públicos afetados;
- d) Os recursos humanos mobilizados;
- e) Outros facilitadores essenciais relacionados com a realização dos objetivos gerais e as metas digitais que aquelas políticas, medidas e ações constituam.

Nos seus **roteiros nacionais**, os Estados-Membros apresentam uma estimativa do investimento e recursos necessários para contribuir para a consecução dos objetivos gerais e das metas digitais, bem como uma descrição geral das fontes desse investimento, tanto privado como público, incluindo, se for caso disso, a utilização prevista dos programas e dos instrumentos da União. Os roteiros nacionais podem incluir propostas de projetos plurinacionais.

Os Estados-Membros podem estabelecer **roteiros regionais**, procurando alinhá-los com os roteiros nacionais e podem integrar os mesmos, a fim de assegurar a consecução em todo os seus territórios dos objetivos gerais e das metas digitais.

Os Estados-Membros asseguram que os seus roteiros nacionais tenham em conta as mais recentes recomendações específicas por país, formuladas no contexto do Semestre Europeu, tendo em máxima conta as medidas e as ações recomendadas.

A Comissão emite orientações e presta apoio aos Estados-Membros na elaboração dos seus roteiros nacionais, nomeadamente, sempre que possível, sobre como estabelecer a nível nacional e, sempre que possível, tendo em conta a dimensão regional, trajetórias nacionais previstas adequadas que contribuam eficazmente para a consecução das trajetórias previstas a nível da União.

Mecanismos de cooperação entre a Comissão e os Estados-Membros

A Comissão e os Estados-Membros deverão cooperar mútua e estreitamente para identificar formas de corrigir as deficiências nos domínios em que os progressos para alcançar uma ou várias das metas digitais sejam considerados insuficientes pela Comissão e pelos Estados Membros, ou nos quais tenham sido identificadas lacunas e insuficiências significativas com base nos resultados do Relatório sobre a Década Digital. Essa análise tem em conta, em especial, as várias capacidades dos Estados-Membros em contribuir para alcançar algumas das metas digitais, bem como o risco de os atrasos em alcançar algumas dessas metas terem um efeito prejudicial na consecução de outras metas digitais.

No prazo de dois meses a contar da publicação do Relatório sobre a Década, a Comissão deverá informar os Estados-Membros sobre as políticas, medidas e ações recomendadas que tenciona incluir no Relatório sobre a Década Digital antes da respetiva publicação.

Domínios de atividade

Existe, enfim, um anexo que identifica um conjunto de domínios de atividade (não exaustivos):

- a) Infraestruturas e serviços europeus comuns de dados;
- b) Disponibilização da próxima geração de processadores de baixa potência de confiança na União;
- c) Desenvolvimento da implantação pan-europeia de corredores 5G;
- d) Aquisição de supercomputadores e computadores quânticos, ligados à computação europeia de alto desempenho (EuroHPC);
- e) Desenvolvimento e implantação de infraestruturas de comunicação quântica e espacial ultrasseguras;
- f) Implantação de uma rede de centros de operações de segurança;
- g) Administrações públicas ligadas;
- h) Infraestrutura europeia de serviços de cadeia de blocos (blockchain);
- i) Polos europeus de inovação digital;
- j) Parcerias de alta tecnologia para as competências digitais através da iniciativa «Pacto para as Competências» lançada pela Comunicação da Comissão de 1 de julho de 2020 intitulada «Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência»;
- k) Competências e formação em cibersegurança;
- l) Outros projetos que preencham os requisitos previstos e que venham a tornar-se necessários para a consecução dos objetivos gerais do programa Década Digital para 2030 devido à evolução da situação social, económica ou ambiental. ●



REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES: ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?

Chegados a um ponto em que se justifica, mais do que nunca, refletir sobre o futuro das nossas pensões e das dos nossos filhos, abordaremos a questão dos regimes complementares em Portugal. Neste artigo procuraremos caracterizar a situação atual e a evolução recente desses regimes, destacando as suas principais forças e debilidades. Num próximo número da Newsletter "Ven- cer a Crise", iremos apontar algumas vias possíveis de reforma desses regimes numa perspetiva de apoio ao seu desenvolvimento.

1. Promessas feitas, mas não cumpridas...

Como é sabido, Portugal tem vindo a proceder desde o princípio do século a reformas do sistema público de pensões com o objetivo de limitar o crescimento futuro da despesa. Tais reformas são justificadas pela necessidade de fazer frente preventivamente ao duplo desafio colocado pelo envelhecimento demográfico: crescimento do número de pensionistas e redução do número de contribuintes ativos. Tivemos sucessivamen-

te a alteração do método de cálculo da pensão, fazendo-o incidir sobre a totalidade da carreira contributiva, a introdução do fator de sustentabilidade, a revisão e suspensão do mecanismo de atualização anual, a suspensão e a penalização das reformas antecipadas, o aumento da idade legal de reforma...

Em consequência destas reformas, tem-se vindo a transferir para os pensionistas uma maior responsabilidade pelos riscos associados à longevidade e ao desempenho da economia. Tal como em Portugal, tem-se assistido nos países de economia avançada ou emergente à reforma dos respetivos sistemas públicos de pensões como resposta ao desafio do envelhecimento demográfico. Só que, na maioria desses países, tais reformas foram acompanhadas pelo reforço ou criação de sistemas complementares de pensões, assentes em modelos de capitalização, sob gestão privada ou partilhada entre setor privado e instituições públicas, precisamente com o objetivo de fornecer instrumentos aos cidadãos para melhor poderem gerir esses riscos. Ora em Portugal, temos vindo a assistir à tendência inversa.

A Lei de Bases da Segurança Social de 2007 reconheceu o sistema complementar de pensões como fazendo parte integrante do sistema de pensões e viu nele *"um instrumento significativo de proteção e de solidariedade social"*, merecendo o seu desenvolvimento *"ser estimulado pelo Estado através de incentivos considerados adequados"*. No acordo firmado pelos Parceiros Sociais e o Governo em sede da Comissão Permanente de Concertação Social, em outubro de 2006, os signatários comprometeram-se a *"discutir detalhadamente o aprofundamento dos benefícios fiscais às poupanças de base profissional, particularmente o reforço dos benefícios aos planos resultantes da negociação coletiva que garantam os direitos individuais de cada trabalhador"*. E reconheceram *"a necessidade de reforçar o quadro de mecanismos de poupança individual existentes com vista designadamente ao alargamento das possibilidades de compensação do efeito do Fator de Sustentabilidade"*, e em particular *"valorizar e promover os instrumentos de poupança organizados pelo setor privado"*.

Estas promessas foram porém rapidamente esquecidas. Em vez da melhoria dos benefícios fiscais às poupanças, o que se verificou na realidade foi a sua redução. Assim, em 2006, o benefício de que gozavam as contribuições sob a forma de dedução à coleta passou de 25% do valor aplicado, até ao limite máximo de 561,15 € por sujeito passivo, para 20% daquele valor, e os limites máximos

foram reduzidos para 300, 350 ou 400 € consoante a idade, valores que ainda hoje se mantêm apesar da inflação. Também a partir de 2006, a taxa que incide sobre os rendimentos obtidos com as aplicações dos fundos de pensões foi aumentada de 4% para 8%. A partir de 2011, as deduções à coleta por benefícios fiscais em sede de IRS foram severamente comprimidas, e a partir de 2015, com a Lei n.º 82-E/2014, passaram a ficar abrangidas por um limite comum a outras deduções à coleta (saúde, educação, pensões de alimentos, lares, etc.), variável de acordo com o rendimento tributável. Tendo sido introduzidas em período de forte contenção orçamental, o que em certa medida as justificariam, estas limitações mantiveram-se em vigor até hoje.

De todos os pontos elencados no Acordo de 2006 entre Governo e Parceiros Sociais o único que foi avante foi a criação do chamado Regime Público de Capitalização. Sendo gerido pelo Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), este regime proporciona Certificados de Reforma mediante contribuições fixas dos seus aderentes. Porém, 13 anos após a sua criação, este produto de poupança continua a ser largamente ignorado pelos aforradores e assume uma importância muito reduzida, como veremos adiante.

Em síntese, tendo sido reconhecida em 2006/2007 a importância dos regimes complementares num contexto de diminuição inevitável dos níveis de adequação das pensões futuras, por força das reformas então promovidas, na prática o que se fez foi reduzir os benefícios concedidos aos produtos de poupança geridos pelo setor privado e, em vez disso, lançar um regime público que está muito longe de corresponder às expectativas com que foi criado. Daqui resulta um sistema de pensões que, embora formalmente misto, na realidade é quase inteiramente dominado pelo 1.º pilar, público, de filiação obrigatória e financiado por repartição, desempenhando os 2.º e 3.º pilares uma função muito residual.

2. Em que consiste o sistema complementar de pensões

Quando falamos de sistema complementar de pensões estamos de facto a referir-nos a duas realidades distintas. O chamado 2.º pilar engloba os planos de pensões ocupacionais, os quais assentam numa relação de emprego e resultam da iniciativa de entidades empregadoras ou de associações profissionais ou sociais, com o objetivo de proporcionar proteção complementar na velhice,

na morte ou na invalidez ao conjunto dos trabalhadores com quem existem vínculos contratuais ou uma parte deles. Os planos ocupacionais são financiados por fundos de pensões fechados, fundos abertos de adesão coletiva ou contratos de seguro coletivos, que funcionam em regime de capitalização, a partir de investimentos em ativos financeiros cujos rendimentos são acumulados para futura distribuição sob a forma de resgate único, prestações regulares ou de renda vitalícia. Os planos profissionais podem ser contributivos, quando estão previstas contribuições dos participantes, ou não contributivos, quando o plano é financiado apenas através das contribuições efetuadas pelo associado do fundo (normalmente uma empresa ou grupo de empresas).

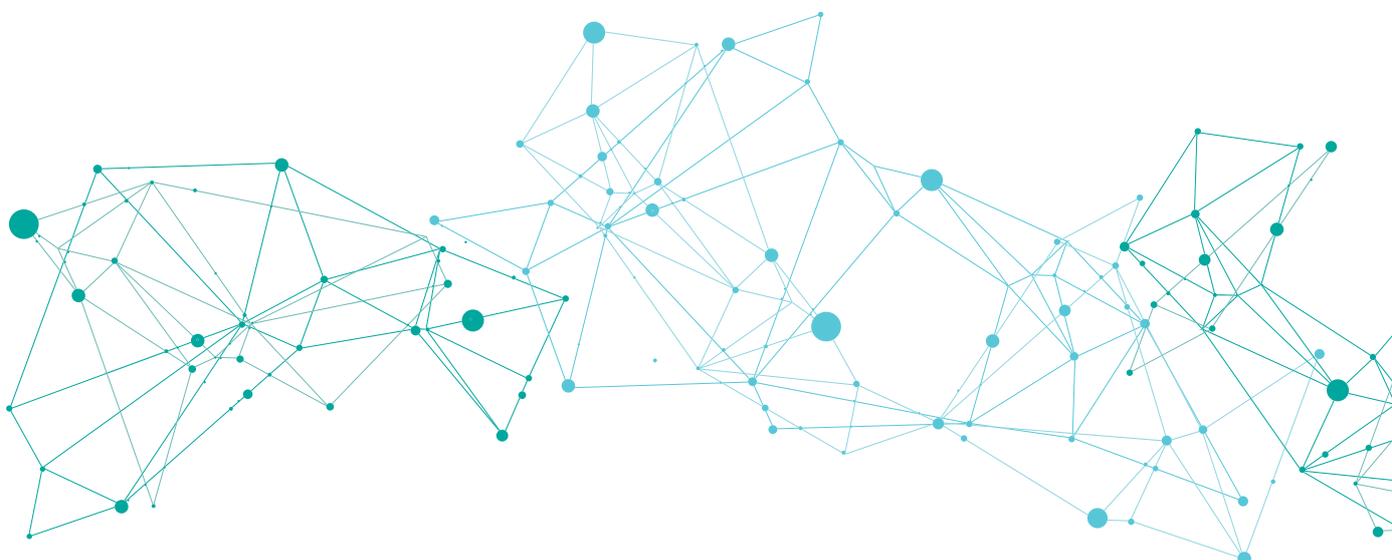
O chamado 3º pilar engloba os planos individuais de pensões, os quais resultam da opção voluntária em constituir uma conta de poupança com vista a aumentar o rendimento pós-reforma. Os planos individuais assentam em fundos de pensões abertos de adesão individual ou em planos de poupança reforma (PPR). Por sua vez os PPR podem tomar a forma de fundos de pensões, fundos autónomos de uma modalidade de seguro do ramo vida ou fundos de investimento mobiliário. Consoante a origem do financiamento por capitalização assim os PPR podem ser geridos por sociedades gestoras de fundos de pensões, companhias de seguros com o ramo vida ou sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário (FIM).

Os planos de pensões distinguem-se em função do modo como se distribui o risco. Nos planos chamados de Benefício Definido (BD) os benefícios estão definidos previamente e as contribuições são calculadas de modo a assegurar o montante de capital necessário a que esse benefício possa ser pago no valor e datas estabelecidas, segundo re-

gras atuariais. Nos planos de Contribuição Definida (CD) são as contribuições que estão definidas previamente e os benefícios serão os que resultarem do valor acumulado das contribuições e da respetiva capitalização. Por conseguinte, neste último tipo de planos o risco é suportado unicamente pelo beneficiário. Existem ainda planos mistos que combinam as características dos dois tipos, por exemplo, planos de tipo CD com rendimento mínimo garantido. Os planos ocupacionais podem ser do tipo BD ou do tipo CD. Os planos individuais, incluindo os do regime público de capitalização e os PIRPE, são sempre do tipo CD.

O quadro 1 dá uma ideia da cobertura destes vários tipos de planos. A destacar:

- A muito reduzida parcela da população ativa coberta por planos ocupacionais, apenas 4,3%, uma das mais baixas da OCDE;
- A predominância de planos ocupacionais de contribuição definida, que se tem vindo a acentuar, refletindo a tendência internacional de aumento de importância destes planos em relação aos de benefício definido;
- A clara predominância dos PPR sob a forma de seguros de vida, o que se deve às maiores garantias de capital oferecidas por este tipo de produto; tem vindo a aumentar porém a importância dos PPR sob a forma de FIM;
- A muito reduzida cobertura alcançada pelo regime público de capitalização em relação aos produtos similares oferecidos pelo setor privado: um pouco mais de 4% do total dos participantes em planos individuais suportados por fundos de pensões.



QUADRO 1 - Número de participantes em planos de pensões, 2021

Planos de pensões	Tipo de plano	Milhares	% da população ativa
Ocupacionais(2º pilar)	Fundos de pensões - tipo CD	137,2	
	Fundos de pensões - tipo BD	67,2	
	Apólices de seguro - tipo CD	19,4	
	Apólices de seguro - tipo BD	2,3	
	Total planos profissionais	226,1	4,3%
Individuais(3º pilar)	Fundos de pensões abertos adesão individual	138,0	
	PPR/PPA/fundos de pensões	87,5	
	Certificados de reforma (público)	10,1	
	Total planos individuais /fundos de pensões	235,6	4,5%
	PPR/Seguros de vida	1708	
PPR/Fundos de investimento imobiliário	447		

Nota: Pelo facto de existirem participantes que pertencem simultaneamente a mais do que um plano de pensões, os números apresentados sobreavaliam a dimensão da cobertura real

Fontes: ASF - "Relatório do setor segurador e dos fundos de pensões", 2021; IGFCSS - "Relatório de atividades e contas FCR, 2021; Pordata.

O Quadro 2 apresenta os montantes geridos pelos fundos, bem como as provisões matemáticas e as responsabilidades respectivamente dos PPR/seguros e dos PPR/FIM referentes a dezembro de 2022 e 2021. A destacar:

- Os montantes de maior relevo encontram-se concentrados nos fundos fechados. Existem cerca de 130 destes fundos, cujas empresas associadas são na sua maioria empresas do setor bancário e segurador, bem como empresas ou grupos de grande dimensão, algumas das quais de âmbito multinacional.
- Os fundos abertos são cerca de 110, estando repartidos em proporções aproximadamente iguais entre fundos de adesão coletiva e individual. Mais de 2000 empresas são associadas de fundos de adesão coletiva, cuja participação está reservada a uma parte do pessoal (quadros técnicos e dirigentes);
- Entre os PPR confirma-se a clara predominância dos que assentam em apólices de seguros, e em seguida nos fundos de investimento. Embora exista um grande número de subscritores de PPR, deve ser salientado o modesto valor médio dos valores geridos por subscritor: cerca de 9300 euros no caso dos PPR/seguros e 10750 euros no caso dos PPR/fundos de pensões.
- De 2021 para 2022, caíram os montantes geridos em todas as categorias, o que se fica a dever à queda da valorização dos ativos financeiros à escala global em 2022, bem como ao fato de o saldo líquido entre contribuições e pagamentos ter sido negativo, refletindo a tendência geral para uma baixa dos níveis de poupança em 2022, face à subida da inflação e das taxas de juro.
- Em percentagem do PIB, os montantes investidos em fundos de pensões representavam respectivamente 11,2% e 8,9% em 2021 e 2022, o que situa Portugal claramente abaixo da OCDE, cuja média em 2021 estava em 67%.

QUADRO 2 - Montantes geridos, 2021-2022

	2021 Milhões de euros	% PIB	2022 Milhões de euros	Var %	% PIB
Fundos de pensões	24125	11,2%	21323	-11,6	8,9%
- Fechados	20548		17906	-12,9	
- Abertos	2641		2504	-5,2	
- PPR/PPA	935		912	-2,5	
PPR/Seguros	15924	7,4%	14633	-8,1	6,1%
PPR/Fundos de investimento	4295	2,0%	3610	-15,9	1,5%

Fontes: APS - "Indicadores trimestrais 4T/2022"; ASF - "Estatísticas trimestrais 4T/2022"; "Relatório do setor segurador e dos fundos de pensões, 2021"

3. Forças e fraquezas do sistema complementar de pensões

De modo sumário, podemos indicar como sendo os principais pontos fortes do sistema complementar de pensões os seguintes:

- A oferta diversificada de produtos de poupança para a reforma, com cerca de 240 fundos de pensões privados, a que em breve se juntarão os PEPPS (*Pan-European Personal Pension Product*), um produto com aplicação e regras harmonizadas em toda a União Europeia, o que o torna atrativo para trabalhadores que já possuam ou projetem ter uma carreira repartida entre vários países europeus;
- A estrutura concorrencial do mercado, onde estão presentes 17 entidades gestoras de fundos de pensões e 8 de PPR/fundos de pensões, e 10 empresas são responsáveis por 98% do mercado de provisões técnicas e passivos financeiros de seguros PPR;
- A tendência de crescimento do número de subscritores de produtos de poupança para a reforma: representavam 13,2% das famílias portuguesas em 2017 e 18,7% em 2021, de acordo com o Inquérito à situação financeira das famílias;
- Rendibilidade média positiva na grande maioria dos anos das duas últimas décadas, com uma média geométrica anual no período entre 2011 e 2021 de cerca de 3% em termos reais, porém com níveis elevados de volatilidade.

Entre os principais pontos fracos, podemos citar:

- Uma muito fraca cobertura dos planos de pensões ocupacionais, atualmente concentrados num pequeno número de setores e de tipos de empresas;
- A quase total ausência dos planos de pensões complementares do conteúdo negociado nos instrumentos de contratação coletiva;
- O afastamento dos PPR, o produto com mais elevado número de subscrições, da sua vocação original de poupança para a reforma, sendo hoje mais um produto de poupança de longo prazo, em virtude da relativa facilidade com que se podem resgatar antes de atingir a idade de reforma;
- Um regime fiscal desadequado, não só pelo baixo nível dos benefícios fiscais concedidos tanto a empresas como a trabalhadores, como pelo fato de não distinguir entre os produtos que visam um investimento de longo prazo dirigido para o período pós-reforma e os PPR, que na sua forma atual não correspondem a esta tipologia.

Voltaremos à questão dos apoios aos regimes complementares, e em particular, o regime fiscal, numa próxima edição da Newsletter "Vencer a crise". ●



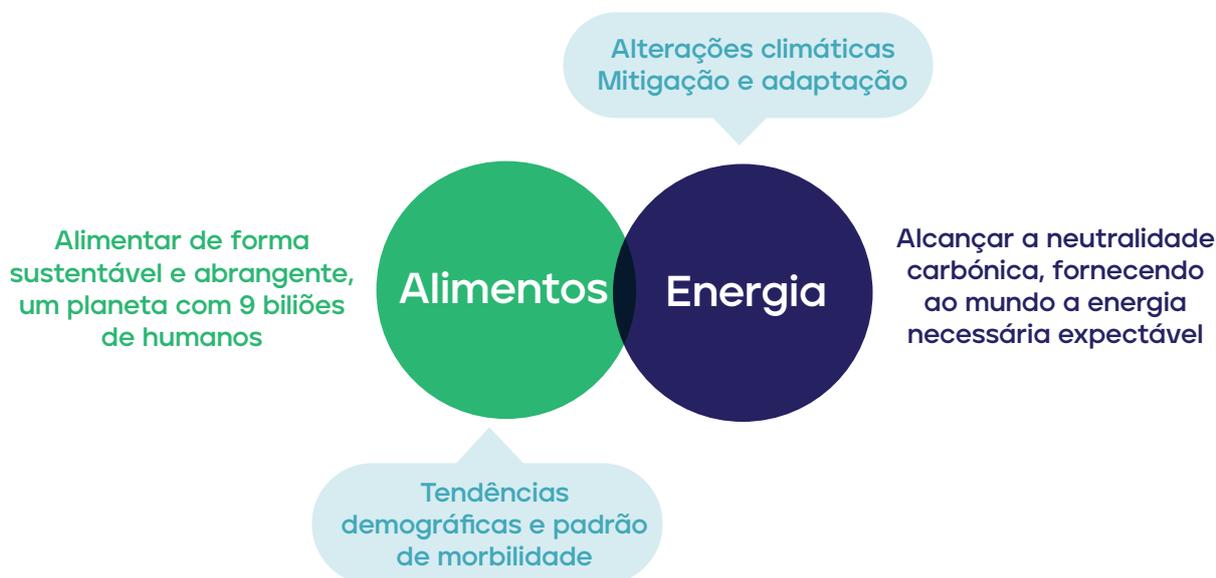
OS DESAFIOS



ENERGIA E ALIMENTOS – NO CENTRO DAS TENSÕES NO HORIZONTE 2050

No Horizonte 2050, o nosso planeta vai-se deparar com o grande desafio de providenciar alimentos de forma sustentável e saudável a uma população de 9 biliões de Humanos, bem como o desafio de atingir a neutralidade carbónica (que será abordado no próximo número do boletim), como é possível analisar na figura 1.

Figura 1 . Dois macro sectores, dois desafios planetários no horizonte 2050



Neste artigo, vamos fazer uma análise de tendências alimentares do lado da procura e do lado da oferta que podem contribuir positiva ou negativamente para a capacidade de alimentar o mundo em 2050.

1. Tendências do lado da procura

Do lado da oferta, são observáveis as seguintes tendências:

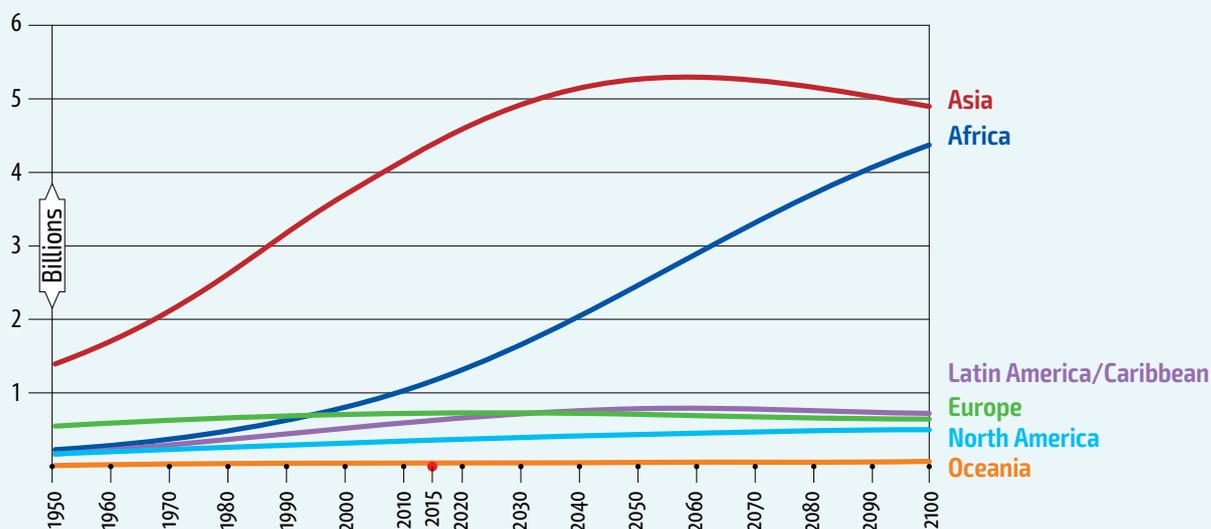
- Crescimento demográfico assente nas economias emergentes e em desenvolvimento.
- Envelhecimento da população nas economias desenvolvidas, com mudanças no padrão de morbilidade.
- Urbanização crescente nas economias emergentes e em desenvolvimento.
- Mudanças no padrão alimentar acompanhando a maior prosperidade nas economias emergentes e em desenvolvimento.
- Competição nos países desenvolvidos por dietas que sejam sustentáveis, contribuam para a saúde humana e sejam economicamente acessíveis.

A população mundial irá continuar a aumentar, sendo previsível que até 2050 atinja pelo menos os 10 mil milhões de seres humanos, em comparação com os 7,6 mil milhões atingidos em Outubro de 2017, o que implicará acréscimos da procura de alimentos, que, de acordo com a FAO **poderão atingir em 2050 os 70%**, quando comparados com a produção agrícola actual (ver figura 2).

As duas macrorregiões do mundo onde se vai assistir ao maior crescimento populacional são a África e Ásia (acompanhada por uma concentração do crescimento da população jovem na África subsaariana e no sul da Ásia).

Por outro lado, uma parte crescente da população mundial viverá em cidades, o que irá reforçar a importância das grandes metrópoles e gerar uma procura maciça e concentrada de alimentos nas cidades, colocando uma maior pressão nas regiões rurais limítrofes, e que será preciso assegurar através da melhoria das redes de abastecimento e logística, bem como através de uma melhoria dos sistemas de irrigação, cultivo e produção alimentar.

Figura 2 . Crescimento da população até 2100, por região (variante média)



Fonte: Nações Unidas, 2015

Na figura 3 é possível observar a evolução da estimativa da população com idade entre os 15 e os 24 anos, com especial destaque para o este asiático (que neste momento se encontra em declínio, o sul e centro da Ásia (que irá atingir o seu ponto mais alto entre 2025 e 2030), e a África sub-sahariana (que irá evoluir de forma contínua até 2050).

Figura 3 . Estimativas de população com idades entre os 15 e os 24 anos (1950-2050) por macroregiões



Nota: Cada barra é uma estimativa ou projeção do número de pessoas com idade entre os 15 e os 24 anos para um intervalo entre 1 a 5 anos.

Fonte: Nações Unidas, 2015

2. Tendências do lado da oferta

No lado da oferta, são observáveis duas tendências, por um lado, restrições na base das cadeias alimentares, e por outro, ineficiências ao longo das cadeias alimentares. No entanto, os seus efeitos poderão ser alterados devido à oferta de inovação e o recurso a novas tecnologias e técnicas de cultivo e produção (que também vão ser analisados com maior detalhe).

De seguida vamos analisar as duas tendências de forma mais detalhada:

a. Restrições na base das cadeias alimentares:

- Uma restrição na disponibilidade de terra arável em boas condições para cultivo, resultante de escassez física de novas áreas de cultivo;
- Intenção de travar o abate de florestas para conquistar mais terras aráveis;
- Degradação de parte das terras em exploração, causada por factores como insuficiente período de pousio, soluções erradas de rotação de culturas, perda de potencial produtivo por sobrecarga de agentes químicos, etc;
- Restrição na disponibilidade de água em várias regiões densamente povoadas, limitando a produção nas melhores condições e exigindo volumosos investimentos na manutenção e na extensão de áreas irrigadas;
- Concentração dos ganhos de produtividade agrícola na "Revolução Verde", resultado da investigação realizada sobre o trigo, milho e arroz na rede de centros mundiais criados para o efeito (a que se adicionou a difusão da pecuária sem terra com utilização de rações com recurso a milho e soja);
- Ausência de investigação organizada para valorizar produções agrícolas utilizadas na alimentação em países em desenvolvimento, que permitisse ganhos de produtividade e menor dependência de compras ao exterior;
- Dificuldade em aumentar a oferta de proteína animal nas formas actuais da pecuária, assente no fornecimento de alimentos para o gado como soja e farinha de peixe, por limitações potenciais nestes alimentos. E também por ser reconhecido que a pecuária tem um impacto ambiental negativo resultante das emissões de metano para a atmosfera pelo gado (não obstante haver meios de reduzir essa emissão através da utilização de aditivos alimentares);

- O decréscimo populacional das populações que vivem nas zonas rurais que têm como ocupação principal a agricultura, nomeadamente nas economias em emergência e em desenvolvimento, que geram dúvidas sobre como será assegurada a produção agrícola necessária para alimentar as respectivas populações;

b) Ineficiências ao longo das cadeias alimentares:

- A componente agrícola das cadeias alimentares apresenta gastos excessivos de inputs em terra, água e produtos químicos, que é considerado desejável reduzir para obter ganhos de eficiência e controlo de custos, de forma a libertar factores de produção para novas produções e para redução dos impactos do cultivo na degradação dos solos e na qualidade ambiental;
- Nas cadeias alimentares existem segmentos em que o rácio de transformação dos inputs utilizados em produtos é relativamente baixo, traduzindo-se numa excessiva mobilização de factores que poderiam ser utilizados para aumentar produção total;
- Uma parte não desprezível da produção final da agricultura e das agroindústrias acaba por não ser utilizada, perdendo-se como resíduos alimentares que vão ampliar a massa de resíduos acumulados em aterros. Tal resulta, em parte, da separação entre as decisões de oferta e as dinâmicas de procura por falta de informação em tempo real e inexistência de mercados capazes de as fornecerem;
- Aspectos fundamentais da actual dieta alimentar nas economias desenvolvidas (em rápida difusão pelas regiões urbanas do planeta) merecem uma análise profunda, no sentido da eventual diversificação e ampliação da componente vegetal nessa dieta, e da reformulação na forma de garantir proteína com características equivalentes à actual proteína animal consumida.

c) Oferta de inovação e de tecnologias:

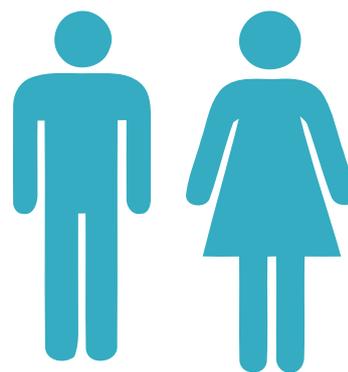
- Tecnologias associadas à digitalização – sensores e Internet of Things; Big Data e Analytics; Inteligência Artificial;
- Utilização em larga escala das plataformas digitais globais actuando no comércio, pagamentos e financiamento;

- Tecnologias da automação e robótica na agricultura (incluindo robots colaborativos para a tarefas agrícolas);
- Novas soluções de mobilidade (drones e tratores autónomos) na agricultura;
- Recurso à engenharia genética para melhoramento de plantas - em termos de rendimento produtivo, capacidade de suportar stresses naturais e resistência a agentes patogénicos (sobretudo engenharia na modalidade CRISPR);
- Fabricação aditiva de alimentos confeccionados e produção de tecidos para fins alimentares obtidos "em laboratório" (por exemplo, tecidos para substituição de carne de origem animal);

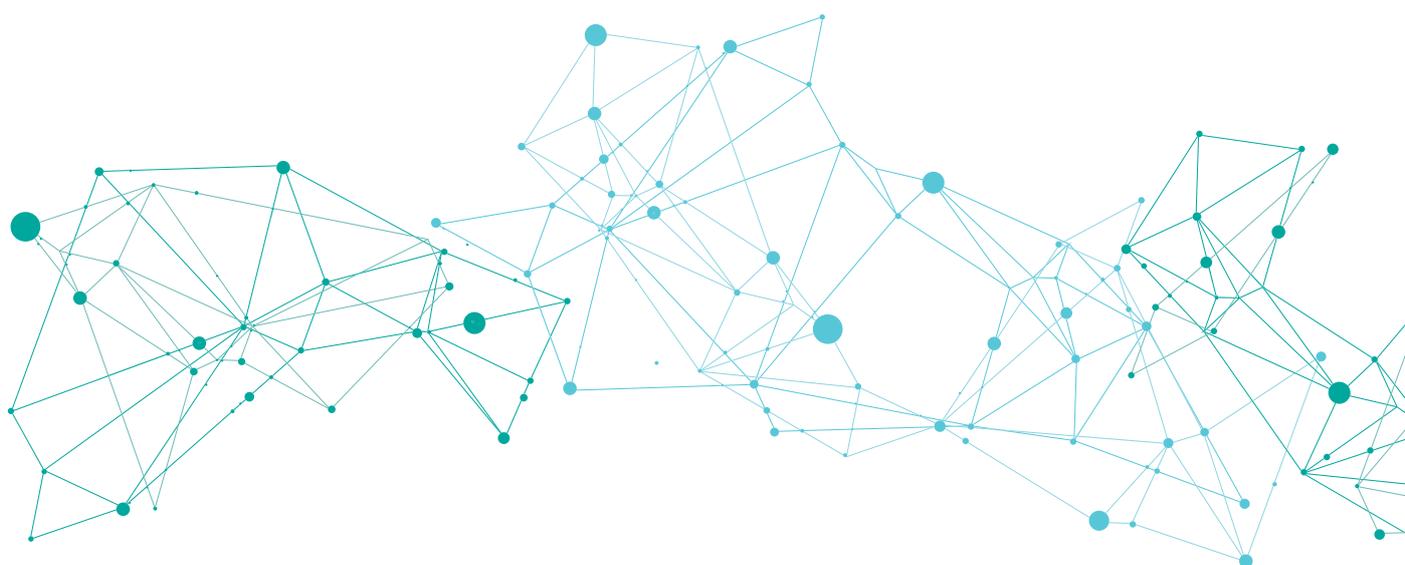
Nesta oferta de inovação, é também possível incluir aquilo que poderíamos designar por Agricultura 4.0, na qual se incluem:

- Modalidades não tradicionais de produção agrícola (culturas hidropónicas e agricultura vertical assistida por computador e com gestão energética controlada);
- Alargamento das matérias-primas para produção alimentar (como certo tipo de algas e microalgas);
- Utilização da geo-engenharia para iniciar a florestação de regiões desertificadas. ●

2050



10 mil milhões





BUSINESS SERVICE CENTERS

UM SECTOR ESTRATÉGICO PARA A CAPTAÇÃO DE IDE E FIXAÇÃO DE TALENTOS EM PORTUGAL

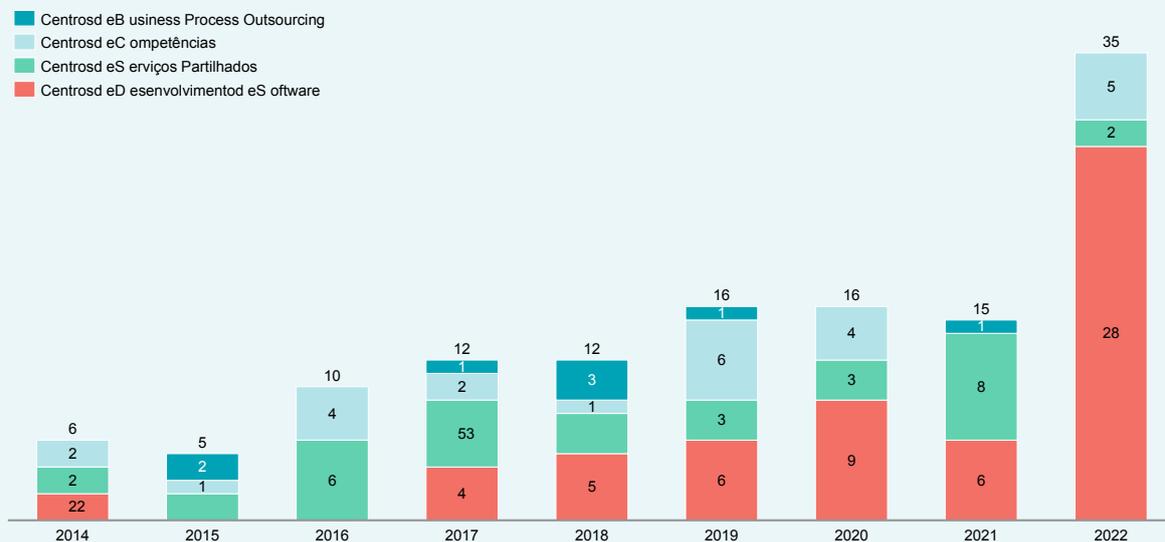
Os últimos anos (sobretudo os mais recentes) ficaram marcados por uma série de eventos disruptivos, que têm provocado uma grande instabilidade no mundo, sobretudo a nível económico, pelo que é cada vez mais importante observar com atenção o mercado para identificar oportunidades de captação de investimentos e empresas e sectores económicos estratégicos para o país, quer na criação de emprego qualificado, quer de captação de empresas quer de trazer mais valia para o país e a região onde se inserem.

Um dos sectores que nos últimos anos mais se evidenciou tem sido o dos business services, com a instalação de várias multinacionais no nosso país e a consequente criação de emprego qualificado. A CCP, através do Fórum dos Serviços para uma

especialização da economia portuguesa, colocou em destaque este sector, tendo promovido uma série de iniciativas e estudos que reforçaram a visibilidade deste sector, de forma a colocar em evidência o nosso país junto de potenciais investidores.

Analisando o número de Business Service Centers que se instalou no nosso país entre 2014 e 2022, verifica-se que apenas em 2015 e 2021 houve uma diminuição do seu número (embora a diferença fosse de apenas um centro). Em 2022 foi o ano em que se instalaram mais centros no nosso país, tendo o seu número duplicado face ao ano anterior (35 centros em 2022 e 15 em 2021) o que não deixa de ser notável tendo em conta a instabilidade económica que se registou no ano transacto.

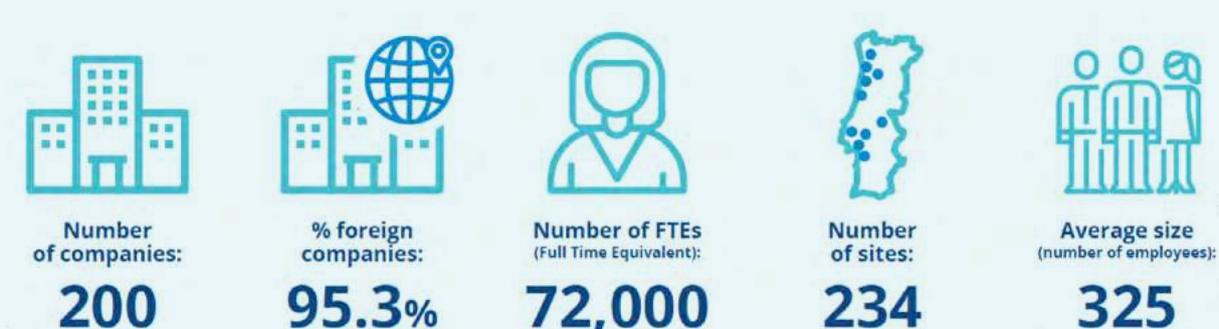
Figura 1 . Business Service Centers a instalar-se em Portugal entre 2014 e 2022



Fonte: AICEP, 2022

Segundo os últimos dados da AICEP (ver figura 2), entre 2018 e 2022, este sector registou um crescimento de 42%, tendo um crescimento anual médio de 9%. Actualmente estão instaladas no nosso país 200 empresas deste sector, sendo que 95,3% dessas empresas têm proveniência externa. No que ao emprego diz respeito, essas empresas empregam 72.000 pessoas a tempo inteiro. Cada empresa tem em média 325 trabalhadores, estando presentes em 234 localidades do nosso país. nalisando o número de postos de trabalho anuais criados por este sector, verifica-se que entre 2018 f

Figura 2 . O sector dos Business Services em Portugal - últimos dados



Fonte: AICEP, *Business Services Centres in Portugal 2022*

Analisando o número de postos de trabalho anuais criados por este sector, verifica-se que entre 2018 e 2022 este sector registou a criação de novos postos de trabalho todos os anos.

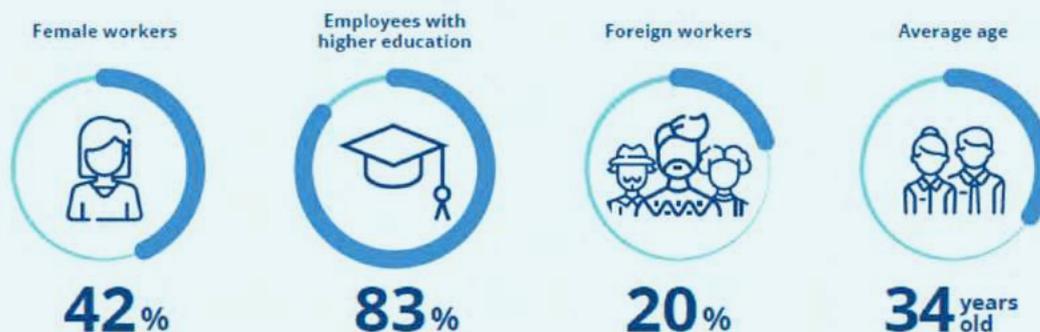
Em 2018, o sector criou 3.650 novos empregos. Em 2019 e 2020 o seu número de criação de emprego decresceu um pouco (2.310 e 1.380 respectivamente), tendo, no entanto, registado um grande aumento em 2021, com a criação de 4.200 novos postos de trabalho.

Em 2022, e observando os dados disponíveis até Agosto de 2022, verifica-se que foram criados 3.150 novos postos de trabalho, o que não deixa de ser relevante num ano marcado pela ins-

tabilidade decorrente do conflito na Ucrânia. No entanto, e face ao grande aumento do número de centros que se instalaram em Portugal, é previsível que o número de postos de trabalho criados seja muito superior ao registado em 2021.

Observando a caracterização do mercado laboral do sector (figura 3), verifica-se que o sector dos *Business Services* são um sector dinâmico, que promove a igualdade (42% da totalidade dos funcionários são do sexo feminino), o emprego jovem (a idade média no sector é de 34 anos) e o emprego qualificado (83% dos seus funcionários têm educação superior), contribuindo para a fixação de talento jovem e qualificado em Portugal.

Figura 3 . Caracterização do mercado laboral no sector dos business services



Fonte: AICEP, *Business Services Centres in Portugal 2022*

No que às tendências do sector para os próximos 3 anos diz respeito, e apesar de toda a instabilidade económica e geopolítica mundial, verifica-se a maioria das empresas do sector pretende continuar a apostar no seu crescimento e dinamização.

Observando a figura 4, que analisa as principais tendências do sector, verificamos que 71% das empresas do sector pretende aumentar o número de postos de trabalho a tempo inteiro, 69% pretende aumentar o número de funções e competências a desempenhar pelos centros, 63% quer acelerar a transformação digital e 55% planeia aumentar as práticas de trabalho remoto.

Figura 4 . Principais tendências no sector



Fonte: AICEP, *Business Services Centres in Portugal 2022*

Analisando as tendências do sector relativamente às funções desempenhadas nos centros de Business Services, verifica-se que a maioria das funções desempenhadas nos centros são das áreas financeira, de recursos humanos e das tecnologias de informação (desenvolvimento de software e infraestruturas, service desk e outros). No entanto, observa-se que as áreas mais especializadas estão a crescer (digital, analytics e funções de dados (data-driven functions), prevendo-se que continuem a crescer nos próximos anos de forma consistente.

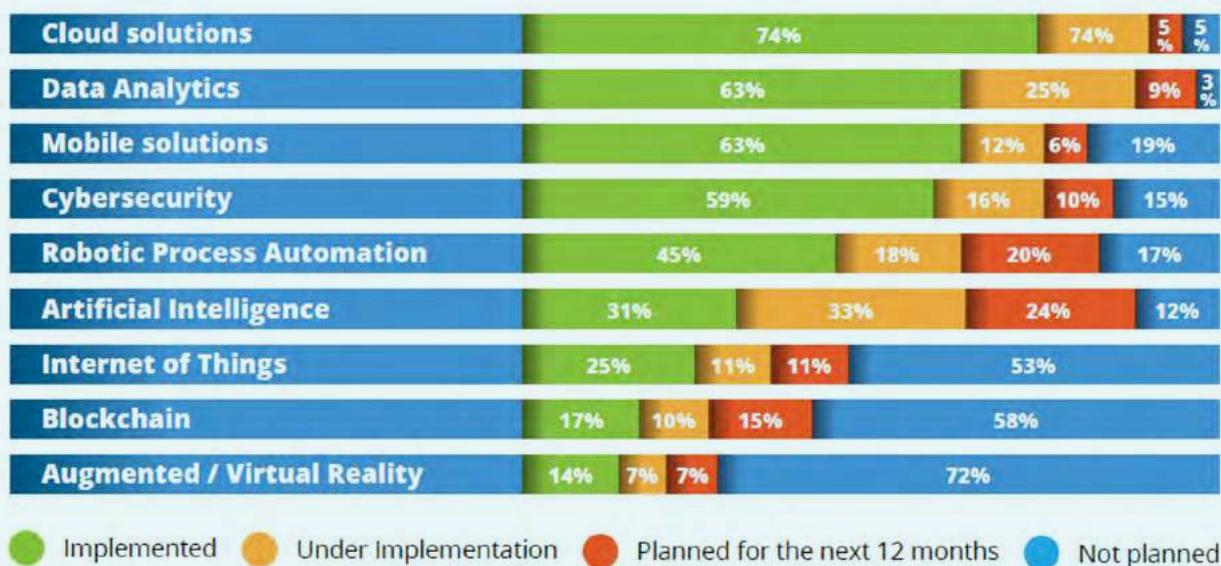
Figura 5 . principais tendências das funções desempenhadas pelos Business Services em Portugal



Fonte: AICEP, *Business Services Centres in Portugal 2022*

Observando o investimento em soluções tecnológicas que os centros de Business Services pretendem fazer, verifica-se que a área de inteligência artificial é a mais relevante (e na qual 33% das empresas se encontra a implementar esta tecnologia e 24% planeia implementá-la nos próximos 12 meses). A segunda área mais relevante é a de processamento de automação robótica, na qual 18% se encontra a implementar esta tecnologia e 20% planeia implementá-la nos próximos 12 meses).

Figura 6 . Investimento em soluções tecnológicas



Conclusões:

Através da análise dos números do sector, é possível constatar que o sector dos Business Service é estratégico para a captação de Investimento Directo Estrangeiro, sendo um sector resiliente à instabilidade mundial provocada pela pandemia e pelo conflito na Ucrânia.

Por outro lado, a instalação de centros de Business Services contribui para a criação de emprego qualificado e para a fixação de jovens talentos com formação superior em Portugal (quer nacionais quer estrangeiros), bem como para fixar empresas em zonas do interior (como o Fundão, por exemplo), reforçando a fixação de populações jovens em zonas de baixa densidade populacional.

Apesar do nosso país continuar a atrair empresas, é necessário manter ou reforçar os factores de atractividade e melhorar os factores nos quais o nosso país se encontra em desvantagem em relação a outros países que competem pela captação de IDE e de talento.

Com esse objectivo, a aposta na melhoria da qualidade da formação de talentos em Portugal revela-se estratégico e vital para a captação e manutenção do investimento em *Business Service Centers* (e outros sectores igualmente estratégicos para assegurar o futuro do país) em Portugal, pelo que é vital a captação de talentos provenientes de países terceiros, uma vez que é previsível que a formação de talentos nacionais diminua nas próximas décadas devido à evolução populacional do país e a previsível diminuição da população jovem do país.

Em 2021, a CCP apresentou o estudo sobre a captação de talentos, elaborado pela EY Parthenon, no qual foram identificados os factores determinantes de atractividade e as dinâmicas que têm existido no país visando a atracção de talentos, ao nível das políticas e iniciativas públicas, no plano das acções desenvolvidas pela sociedade civil e, em particular, pelas empresas e pelas instituições de ensino (universitário e politécnico).

De entre as áreas a melhorar, o estudo recomendava as seguintes:

- Níveis salariais e regime fiscal sobre o rendimento;
- Capacidade de reter alunos estrangeiros que estudam em Portugal;
- Maior flexibilidade no mercado trabalho, que desbloqueará progressões rápidas de carreira para talento de topo;
- Correlação entre produtividade e remuneração;
- Desenvolvimento dos trabalhadores -formação constante;
- Cooperação e partilha de ideias dentro das organizações;
- Facilidade em fazer negócios -burocracia descomplicada;
- Match entre a produção de talento (universidades) e as necessidades reais das empresas;
- Quadro de cooperação no ecossistema de inovação e investigação;
- Integração de doutorados no mercado de trabalho;
- Promoção da cultura de mérito e valorização do investimento em formação;
- Sistema de valorização de soft skills;
- Sistema de monitorização para o desenvolvimento do talento;
- Imagem de destino de talento. ●



O QUE O ChatGPT SABE SOBRE A COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO?

O Vencer a Crise teve a ideia de entrevistar o ChatGPT sobre o tema da competitividade no comércio. Testámos os seus conhecimentos sobre a transição digital e climática, e solicitámos sugestões de medidas para o Governo português. Reproduzimos abaixo as respostas obtidas. Veja por si se o ChatGPT passou no teste?

[Vencer a crise] - Como devemos tratar o ChatGPT, o que é e como gosta de ser tratado?

O ChatGPT é uma inteligência artificial baseada na linguagem natural, treinada para responder a uma ampla variedade de perguntas e fornecer informações úteis aos usuários. Você pode apresentar o ChatGPT simplesmente como um assistente virtual de perguntas e respostas.

Em termos de como o ChatGPT gosta de ser tratado, ele é apenas um programa de computador e não tem sentimentos ou preferências pessoais. No entanto, para obter melhores resultados ao usar o ChatGPT, é importante fazer perguntas claras e específicas, para que ele possa entender o que você está procurando e fornecer a resposta mais precisa e útil possível. Além disso, é sempre bom manter uma comunicação respeitosa e profissional ao interagir com o ChatGPT, assim como com qualquer outro serviço ou pessoa.

[Vencer a crise]: Qual a importância do sector do comércio numa economia competitiva?

O setor do comércio é um componente fundamental da economia competitiva, uma vez que desempenha um papel crucial na facilitação do intercâmbio de bens e serviços entre os produtores e os consumidores. O comércio envolve a compra e venda de produtos e serviços, permitindo que as empresas alcancem novos mercados e consumidores, enquanto os consumidores têm acesso a uma variedade maior de bens e serviços.

Aqui estão algumas das maneiras pelas quais o setor do comércio contribui para a economia:

1. Criação de empregos: O comércio é um grande empregador, proporcionando trabalho a um grande número de pessoas em várias áreas, incluindo vendas, marketing, logística e muito mais.
2. Geração de renda: O comércio é uma fonte importante de renda para empresas e trabalhadores, bem como para o governo, que arrecada impostos sobre as transações comerciais.
3. Estímulo ao crescimento econômico: O comércio permite que as empresas alcancem novos mercados, o que pode ajudar a impulsionar o crescimento econômico. Isso pode ser particularmente importante para as empresas em países com mercados internos limitados.
4. Melhoria da eficiência: O comércio pode ajudar a melhorar a eficiência econômica, permitindo que as empresas se concentrem em suas áreas de especialização e comprem bens e serviços de outras empresas que possam oferecer preços mais competitivos.
5. Aumento da concorrência: A competição é um fator importante para a inovação e a eficiência econômica, e o comércio pode aumentar a concorrência, permitindo que as empresas tenham acesso a uma gama maior de fornecedores e clientes.

Em resumo, o setor do comércio é crucial para a economia competitiva, e seu papel é importante tanto para as empresas quanto para os consumidores.

Ilustração 1 - Visualização da caixa de diálogo no ChatGPT

S Qual a relação entre a digitalização da economia e o comércio?



A digitalização da economia tem uma relação muito estreita com o setor do comércio, pois a tecnologia tem transformado profundamente a forma como as empresas comercializam seus produtos e serviços e como os consumidores os adquirem. A digitalização tem impacto direto nas operações comerciais, no marketing e nas estratégias de vendas, e pode trazer diversos benefícios para as empresas do setor.



Algumas das formas pelas quais a digitalização tem afetado o comércio incluem:

Fonte: ChatGPT Mar 23 Version. Free Research Preview.

CCP [Vencer a crise]: Qual a relação entre a digitalização da economia e o comércio?

A digitalização da economia tem uma relação muito estreita com o setor do comércio, pois a tecnologia tem transformado profundamente a forma como as empresas comercializam seus produtos e serviços e como os consumidores os adquirem. A digitalização tem impacto direto nas operações comerciais, no marketing e nas estratégias de vendas, e pode trazer diversos benefícios para as empresas do setor.

Algumas das formas pelas quais a digitalização tem afetado o comércio incluem:

1. **Novas formas de vendas:** A digitalização tem permitido a criação de novas formas de vendas, como o comércio eletrônico e as vendas por meio de aplicativos, que permitem às empresas alcançarem novos mercados e aumentarem a sua base de clientes.
2. **Aumento da eficiência:** A digitalização pode melhorar a eficiência do comércio, permitindo que as empresas automatizem processos e melhorem a gestão do estoque, o que pode levar a reduções nos custos operacionais.
3. **Melhoria da experiência do cliente:** A digitalização também pode melhorar a experiência do cliente, permitindo que as empresas ofereçam serviços personalizados e facilitem o acesso dos clientes aos produtos.
4. **Acesso a informações:** A digitalização pode fornecer às empresas informações valiosas sobre seus clientes, como preferências e comportamentos de compra, permitindo que as empresas ajustem suas estratégias de marketing e vendas para melhor atender às necessidades do cliente.
5. **Redução das barreiras geográficas:** A digitalização também pode ajudar as empresas a superar barreiras geográficas e ampliar seu alcance, permitindo que as empresas alcancem clientes em outros países sem a necessidade de ter uma presença física no local.

Em resumo, a digitalização da economia tem uma relação muito estreita com o setor do comércio, trazendo novas oportunidades e desafios para as empresas. As empresas que conseguirem se adaptar às mudanças trazidas pela digitalização terão uma vantagem competitiva em relação às empresas que não o fizerem.

[Vencer a crise]: Qual o papel do comércio na sustentabilidade ambiental de uma economia?

O setor do comércio desempenha um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de uma economia. O comércio é uma atividade econômica que envolve o consumo e a produção de bens e serviços, e, portanto, tem uma grande influência sobre o meio ambiente. A seguir, estão alguns dos principais fatores que explicam a relação entre o comércio e a sustentabilidade ambiental:

1. **Consumo consciente:** O comércio pode desempenhar um papel importante na promoção do consumo consciente, incentivando as pessoas a comprar produtos que sejam mais sustentáveis e que tenham menor impacto ambiental. Isso pode ser feito através da rotulagem de produtos, da promoção de produtos orgânicos e biológicos, e da conscientização dos consumidores sobre os impactos ambientais de seus hábitos de consumo.
2. **Responsabilidade ambiental das empresas:** As empresas do setor do comércio podem ter um impacto significativo no meio ambiente, seja através do uso de recursos naturais, da produção de resíduos, ou das emissões de gases de efeito estufa. A adoção de práticas sustentáveis pelas empresas, como o uso de energias renováveis, a redução do desperdício e a gestão adequada de resíduos, pode contribuir significativamente para a sustentabilidade ambiental.
3. **Eficiência energética:** O setor do comércio é um grande consumidor de energia, seja através do uso de iluminação, ar condicionado, ou outros sistemas de climatização. A adoção de medidas de eficiência energética, como a utilização de sistemas de iluminação mais eficientes e a instalação de isolamento térmico, pode reduzir significativamente o impacto ambiental do setor.
4. **Logística sustentável:** A logística do comércio pode ter um impacto significativo no meio ambiente, seja através do transporte de produtos ou da gestão de estoques. A adoção de práticas sustentáveis na logística do comércio, como o uso de veículos elétricos, a otimização de rotas, e a gestão adequada de estoques, pode contribuir significativamente para a redução do impacto ambiental.

Em resumo, o setor do comércio desempenha um papel crucial na sustentabilidade ambiental de uma economia. A adoção de práticas sustentáveis pelas empresas do setor, juntamente com a promoção do consumo consciente e a adoção de medidas de eficiência energética e logística sustentável, pode contribuir significativamente para a redução do impacto ambiental e para a construção de uma economia mais sustentável.

[Vencer a crise]: Que medidas podem promover o papel do comércio nos círculos regenerativos?

A promoção do papel do comércio nos círculos regenerativos pode ser alcançada através de uma série de medidas, tais como:

1. **Rotulagem de produtos sustentáveis:** A rotulagem de produtos sustentáveis, como os produtos orgânicos, pode ajudar a promover a escolha consciente dos consumidores e incentivar as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis. Além disso, a rotulagem pode ajudar a rastrear a origem dos produtos e a promover a transparência ao longo da cadeia de fornecimento.
2. **Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais podem ser usados para incentivar as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis, como a utilização de energias renováveis e a redução do desperdício. Isso pode ser feito através de isenções fiscais para empresas que implementam medidas sustentáveis ou através da criação de taxas adicionais para empresas que poluem ou desperdiçam recursos.
3. **Apoio à economia circular:** A promoção da economia circular pode ser alcançada através de medidas como a redução do uso de recursos não renováveis, o incentivo à reciclagem e à reutilização de materiais, e a utilização de processos de produção mais sustentáveis. O comércio pode desempenhar um papel importante na promoção da economia circular, ao estabelecer parcerias com empresas que adotam essas práticas e ao promover a conscientização sobre a importância da economia circular para a sustentabilidade ambiental.

4. Inovação tecnológica: A inovação tecnológica pode ser usada para desenvolver soluções sustentáveis para os desafios ambientais enfrentados pelo setor do comércio. Isso pode incluir o desenvolvimento de novos materiais sustentáveis, a utilização de tecnologias de eficiência energética e logística sustentável, e a implementação de sistemas de monitoramento e rastreamento que permitem uma gestão mais eficaz dos recursos e resíduos.

Em resumo, a promoção do papel do comércio nos círculos regenerativos requer a adoção de uma série de medidas que incentivem as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e promovam o consumo consciente por parte dos consumidores. Essas medidas podem incluir a rotulagem de produtos sustentáveis, incentivos fiscais, apoio à economia circular e inovação tecnológica.

[Vencer a crise]: Que medidas deveria adoptar o Governo português para promover a transição digital no sector do comércio?

Existem várias medidas que o governo português poderia adotar para promover a transição digital no setor do comércio. Algumas delas incluem:

1. Incentivos financeiros: O governo poderia fornecer incentivos financeiros, como subsídios, empréstimos a juros baixos e outros benefícios fiscais para as empresas do setor do comércio que investem em tecnologia digital.
2. Capacitação digital: O governo poderia desenvolver programas de capacitação digital para os empresários e trabalhadores do setor do comércio, com o objetivo de melhorar suas habilidades e conhecimentos em tecnologia.
3. Plataformas de comércio eletrónico: O governo poderia desenvolver ou apoiar a criação de plataformas de comércio eletrónico que facilitem a venda online de produtos e serviços por pequenas empresas e microempreendedores.
4. Acesso à internet e tecnologia: O governo poderia investir em infraestrutura de banda larga e outros recursos tecnológicos para garantir que as empresas do setor do comércio em todas as regiões do país tenham acesso à internet e às ferramentas digitais necessárias para realizar seus negócios online.
5. Regulamentação: O governo poderia desenvolver leis e regulamentações que promovam a inovação e a competição no setor digital, bem como protejam os consumidores e as empresas de práticas comerciais desleais.

Essas são apenas algumas sugestões de medidas que o governo poderia adotar para promover a transição digital no setor do comércio. É importante lembrar que cada contexto é diferente e pode exigir estratégias adaptadas às necessidades específicas de cada setor e região. ●

[Vencer a crise]: Conhece o boletim Vencer a Crise da CCP?

Sim, o Boletim "Vencer a Crise" é uma publicação da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que tem como objetivo fornecer informações úteis e orientações para ajudar as empresas do setor do comércio e serviços a enfrentar os desafios decorrentes da crise econômica causada pela pandemia. O boletim é lançado mensalmente – o ChatGPT enganou-se o Boletim é trimestral – e inclui análises e recomendações sobre diversos temas, como financiamento, gestão de recursos humanos, marketing, digitalização, entre outros. Além disso, a CCP também disponibiliza outros recursos e ferramentas de apoio às empresas, como programas de formação e capacitação, serviços de consultoria e informação sobre as últimas novidades e medidas governamentais.



Vencer a crise para ganhar a década

BOLETIM N.º #16 MARÇO 2023

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Armindo Silva
Clara Guerreiro
Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
José Félix Ribeiro
Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 05 de Abril de 2023

Comentários e sugestões para:

ccp@ccp.pt



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Cofinanciado por:

